



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB

Instituto de Ciências Humanas

Departamento de Geografia

Ramon da Silva Rodrigues Almeida

**PERCEPÇÃO DO ESPAÇO URBANO PELAS CRIANÇAS DO DISTRITO
FEDERAL: Cidade Estrutural e Lago Norte**

Brasília

2019



Ramon da Silva Rodrigues Almeida

**PERCEPÇÃO DO ESPAÇO URBANO PELAS CRIANÇAS DO DISTRITO
FEDERAL: Cidade Estrutural e Lago Norte**

Monografia apresentada ao Departamento de Geografia da Universidade de Brasília, como requisito para obtenção do grau de Licenciatura em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa

Brasília

2019



Ramon da Silva Rodrigues Almeida

**PERCEPÇÃO DO ESPAÇO URBANO PELAS CRIANÇAS DO DISTRITO
FEDERAL: Cidade Estrutural e Lago Norte**

Monografia apresentada ao Departamento de Geografia da Universidade de Brasília, como requisito para obtenção do grau de Licenciatura em Geografia.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa (Orientador) – UNB

Prof. Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho – UNB

Profa. Dra. Gloria Maria Vargas Lopez de Mesa - UNB

Ms. Vitor J. Alves - PPG Geografia UnB

Aprovada em: _____ de _____ de _____

Brasília

2019

*Dedico a todas as crianças que colorem e dão
sentido ao mundo.*

*“Desempenhe seu dever com equilíbrio, ó Arjuna,
abandonando todo apego a sucesso ou fracasso” (Verso
48, Bhagavad Gita).*

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, aos meus pais por sempre me incentivarem a estudar e por garantir a base material e emocional ao longo da minha nova jornada na Universidade de Brasília.

Agradeço ao meu irmão Renan, por ser de forma involuntário meu “coorientador” em meio ao seu caos de escrita da dissertação do mestrado. Muito grato pelas trocas, sugestões e todo apoio.

Agradeço ao professor Everaldo pela orientação deste trabalho. Sou grato pelos ensinamentos, por apresentar autoras e autores incríveis, pelo incentivo em acreditar na potência dos sujeitos como fator de transformação do mundo e, principalmente, por acreditar, incentivar e lutar pela ciência, pela educação e pela universidade pública.

Agradeço imensamente a todas as crianças do CEF 02 da Estrutural e da Escola da Árvore que colaboraram e construíram esse trabalho comigo. Sem elas e seu acolhimento nada disso seria possível.

Agradeço as diretoras, equipe pedagógica e professoras do CEF 02 da Estrutural e da Escola da Árvore que me acolheram e me ajudaram de todas as formas na realização desse trabalho.

Agradeço a toda a Escola da Árvore, mais que meu espaço de trabalho, meu espaço de viver, sentir e respirar liberdade, alegria e também por ter sido a inspiração inicial desse trabalho.

Agradeço a todas e todos os meus amigos pelo companheirismo, conversas, carinhos e apoio total nessa empreitada de escrita. Os momentos de “pause” foram valiosos para a construção desse trabalho.

Agradeço pelo meu fôlego de vida.

Por fim, não menos importante agradeço por meus caminhos abertos. Laroyê!

RESUMO

Este trabalho monográfico é um estudo da percepção das crianças sobre os espaços urbanos, especificadamente das Regiões Administrativas da Cidade Estrutural e Lago Norte. A escolha das cidades parte do entendimento de que as realidades socioeconômicas distintas destas refletiria na percepção das crianças. Busca-se, dessa forma, entender a partir da leitura fenomenológica e dialética com suporte na Geografia Humanista como essas crianças percebem e representam as suas cidades, enquanto espaço vivido. Dado isso, os estudos da percepção enquanto categoria da Fenomenologia contribui para desvelar o ser e estar das crianças nas cidades como sujeitos geográficos e espaciais. Ao validar essas visões rompe-se com as visões reducionistas e adultocêntricas que marcam a ciência moderna, o que permite entender e estudar as cidades a partir dos sujeitos que vivem e experienciam ela no cotidiano. O trabalho reflete sobre a necessidade de dar centralidade para os sujeitos dentro dos estudos sociais e para entender a realidade espacial dado que os fenômenos geográficos são marcados pela objetividade/material e a subjetividade/imaterialidade. Os dados foram coletados a partir da realização de oficinas em uma escola pública na Cidade Estrutural e em uma escola particular do Lago Norte. As oficinas tinham por objetivo a confecção de mapas mentais pelas crianças, a partir de como elas percebiam e enxergavam as suas cidades. Em conjunto com os mapas mentais foram coletadas as falas das crianças por meio de entrevistas não formais para obter a explicação dos seus mapas. Os mapas mentais foram analisados e decodificados por meio da Metodologia Kozel. Os resultados mostram que as percepções e sentimentos das crianças sobre suas respectivas cidades são positivos, na maioria dos casos. Contudo surgem dentro dessas percepções críticas, denúncias sociais sobre o viver nessas cidades no apontamento de possíveis transformações dentro do espaço urbano. Por meio de seus mapas e falas as crianças surgem como sujeitos habitantes e cidadãs. Dessa forma, ouvir suas percepções e analisar suas representações constrói e demonstra outro olhar sobre as espacialidades, na busca por melhoria e assim, de fato serem reconhecidas como protagonistas dentro da esfera social, com evidência no processo de produção e reprodução das cidades.

Palavras-chave: Crianças. Espaço Vivido. Cidades. Mapas Mentais. Percepção.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Procedimentos para decodificação de mapas mentais segundo a Metodologia Kozel.....	44
---	----

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Áreas de Estudo: RA XXV Cidade Estrutural e RA XVIII Lago Norte ...	44
FIGURA 2 - Mapa Mental da Melissa, 10 anos, 2019.....	52
FIGURA 3 - Mapa Mental do Kauan, 10 anos, 2019.....	53
FIGURA 4 - Mapa Mental da Sabrina, 10 anos, 2019.	55
FIGURA 5 - Mapa Mental da Gleice, 10 anos, 2019.....	57
FIGURA 6 - Mapa Mental do Caio, 9 anos, 2019.....	59
FIGURA 7 - Mapa Mental do Max, 10 anos, 2019.....	60
FIGURA 8 - Mapa Mental do Eduardo, 7 anos, 2019.....	63
FIGURA 9 - Mapa Mental do Yis, 8 anos, 2019.	64
FIGURA 10 - Mapa Mental do Saie, 9 anos, 2019.	66
FIGURA 11 - Mapa Mental do Ovatsug, 8 anos, 2019.....	67

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

C.A - Centro de Atividades

CEF – Centro de Ensino Fundamental

COSE – Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

DF - Distrito Federal

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

PDAD – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios

RA - Região Administrativa

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
Justificativa.....	12
Objetivos (s).....	13
Objetivo Geral.....	13
Objetivos Específicos.....	13
Hipótese.....	13
Procedimentos Metodológicos.....	13
Estrutura Do Trabalho.....	14
CAPÍTULO 1 – AS CRIANÇAS NA CIDADE: UMA PERSPECTIVA DA GEOGRAFIA HUMANISTA.....	16
1.1 – Caminhos do estudo pela Geografia Humanista.....	16
1.1.1 – A Geografia Humanista no Brasil: algumas anotações.....	22
1.2 – Percepção, essência e existência: dimensões para o estudo do espaço urbano.....	24
1.3 – Contribuições ao estudo geográfico da infância: o ser e estar das crianças nas cidades.....	27
CAPÍTULO 2 – A CONSTRUÇÃO SOCIOESPACIAL DAS CIDADES COMO ESPAÇO VIVIDO: DA VIDA COTIDIANA Á CORPOREIDADE-SUJEITO.....	32
2.1 - Os estudos do Espaço Vivido: notas introdutórias.....	32
2.2 – A cidade como Espaço Vivido: a partir do sujeito, do corpo e suas emoções... 35	
2.3 - O concreto das cidades: a vida cotidiana na experiência dos sujeitos.....	39
CAPÍTULO 3 – PARA DESEVENDAR A CIDADE ESTRUTURAL E O LAGO NORTE COM O PROTAGONISMO DAS CRIANÇAS.....	43
3.1 – Caminhos da Pesquisa: área de estudo e metodologia.....	43
3.2 – Mapas Mentais: a representação do vivido.....	47
3.3 – A Geografia e a Percepção das crianças: os mapas mentais de suas cidades	50
3.3.1 “A Estrutural tem asfalto” – Mapas Mentais da Região Administrativa da Cidade Estrutural/DF.....	51
3.3.2 “Para mim o Lago Norte e Asa Norte é tudo a mesma coisa” – Mapas Mentais da Região Adinistrativa do Lago Norte/DF.....	62
PARA NÃO CONCLUIR: “EU QUERIA UMA CIDADE BOA, SÓ ISSO”.....	69
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	73
ANEXO.....	79

INTRODUÇÃO

O trabalho parte da realidade do Distrito Federal que possui uma configuração política/espacial ímpar, com suas Regiões Administrativas constituídas desde Brasília, em um processo de segregação no qual são reveladas as desigualdades socioeconômicas representadas no cotidiano de quem vive as/nessas cidades.

Nesse contexto, os espaços vividos expressos pelo sentimento de pertencimento e da vivência, carregam um aparato cultural do indivíduo na sociedade. A partir dessa premissa buscamos compreender com mapas mentais, como as crianças percebem e se apropriam das Regiões Administrativas da Cidade Estrutural e Lago Norte.

Dessa forma, buscamos nesse trabalho responder o questionamento norteador da pesquisa: de que forma o espaço urbano é percebido e apropriado pelas crianças?

A partir dos pressupostos da percepção como categoria da fenomenologia em conjunto com a Geografia Humanista seguimos em uma perspectiva do humanismo e existencialismo em que os estudos das relações do ser humano com o espaço se estreitam, e assim o espaço passa ser visto enquanto vivido (Buttimer, 1985).

Em conjunto com a geografia da infância, uma linha de pesquisa dentro da Geografia Humanista, que busca desvelar o ser e estar das crianças nas cidades, a partir de seu mundo e suas representações do cotidiano e vivência.

Nisso, Capel (1973) nos indica o quanto à experiência do sujeito é fundamental na construção da imagem da cidade sendo que essas ações levam a utilização de determinadas formas urbanas, as quais são percebidas por ele com maior nitidez devido precisamente ao fato de sua associação com uma atividade concentra.

Portanto, o estudo visa compreender como as crianças em seus diferentes contextos sociais, econômicos, culturais e espaciais percebem e apropriam suas cidades, como às novas formas de enxergar o mundo e os sujeitos.

Com os estudos de Percepção desenvolvidos por Livia de Oliveira entendemos que ela é a porta de entrada dos seres humanos com o mundo exterior. É através dos órgãos sensoriais, de maneira seletiva e instantânea, que se propicia a sensação, que pode variar de acordo com o aparelho sensorial que usamos. Dessa forma, a realidade entra no mundo humano por meio dos sentidos: visão, audição, olfato, paladar e tato, e cada órgão desempenha uma atividade correspondente (Oliveira, 2012).

Com isso, pensar nas cidades com as crianças está além da ocupação de um espaço em meio a um aglomerado de pessoas, é pensar nos modos como as crianças relacionam-se nesses espaços e como esse espaço urbano contribui para formação da individualidade desses sujeitos e também de grupos territoriais, em um processo de socialização e interação e de emancipação a sujeitos políticos de direitos em formação desde a infância.

Justificativa

A pesquisa se justifica pela importância de estudar as crianças e os conhecimentos produzidos por estas, dada as condições históricas e políticas que as consideram como subalternas dentro da esfera social, assim como a pouca evidência de estudos científicos que as coloquem como protagonistas no processo de produção da cidade e não como meros objetos de estudos

Em nosso modelo de sociedade burguesa e adultocêntrica construída pela sociedade moderna, o não ter capital somado ao não ser adulto tem significados que não dão poder de decisão e impedem que as crianças sejam vistas como sujeitos sociais, em um processo que universaliza um único modelo de ser criança, mas que vem sendo desmantelado por uma representação plural e de diversas infâncias dentro e fora das ciências (Nascimento, 2016).

Portanto, compreender como as crianças em seus diferentes contextos sociais, econômicos, culturais e espaciais percebem e apropriam de suas cidades é uma possibilidade de enxergar o mundo e ouvir a produção de conhecimento de sujeitos subalternizados.

Com isso, pensar nas cidades com as crianças está além da ocupação de um espaço em meio a um aglomerado de pessoas. É pensar nos modos como as crianças relacionam-se nesses espaços e, como o espaço urbano contribui para formação da individualidade desses sujeitos, em suas percepções, imaginários e sentimentos de pertencimento em um processo de socialização, interação e de emancipação como sujeitos políticos de direitos em formação desde a infância.

A partir dos estudos com esse viés podemos pensar no rompimento de visões reducionistas e adultocêntricas que marcam a ciência cartesiana e, assim, adquirir um novo olhar sobre as crianças e suas interações com o mundo, com as cidades na direção

de conquista de novas políticas que se propõe a trabalhar com a dimensão humana (Lopes, 2008).

Objetivo(s)

Objetivo Geral

O objetivo geral do presente trabalho é analisar a percepção das crianças sobre o espaço urbano das Regiões Administrativas da Cidade Estrutural e Lago Norte.

Objetivos específicos

- 1) Analisar a contribuição dos estudos da Geografia Humanista para a compreensão e entendimento da essência das cidades sob os olhares dos sujeitos crianças que a experienciam;
- 2) Refletir sobre as contribuições do estudo da cidade enquanto espaço vivido a partir da construção dialética concreta-abstrato dos sujeitos que nela habitam;
- 3) Compreender a partir de mapas mentais como as crianças percebem, representam e se relacionam com suas respectivas cidades.

Hipótese

a) As condições sócias econômicas e culturais das crianças influenciam em suas percepções sobre as cidades. Espera-se que as crianças em condições sócias econômicas de maior vulnerabilidade social tenham uma percepção e sentimentos mais negativos da cidade, contrariamente, as crianças de áreas privilegiadas que teriam uma percepção e sentimentos mais positivos desta.

Procedimentos Metodológicos

As etapas desta pesquisa foram realizadas em três fases: 1. Pesquisa e levantamento bibliográfico; 2. Realização das oficinas com as crianças nas escolas para

confeção dos mapas mentais e entrevistas não formais; 3. Análise dos mapas mentais a partir da Metodologia Kozel (2009).

Na pesquisa bibliográfica foram levantados estudos com embasamento teórico na Geografia Humanista, nos estudos sobre as crianças como agentes espaciais, nos estudos fenomenológicos da Percepção, no conceito de Espaço Vivido e nos estudos que refletem sobre a natureza do urbano a partir dos sujeitos, de suas subjetividades e da objetividade que permeiam as cidades.

Na segunda etapa para a coleta dos dados junto com as crianças foram realizadas duas oficinas em escolas da Cidade Estrutural e Lago Norte com crianças entre 7 e 11 anos, por entender que as crianças dessa faixa etária já possuem cognição maturada dentro das relações topológicas, projetivas e euclidianas de desenvolvimento da noção espacial dentro da fase operacional concreta de Piaget em que a criança já desenvolve um pensamento lógico e em categorias do mundo.

As oficinas partiram de uma conversa inicial sobre o tema “cidade”, para depois pedir as crianças confeccionassem mapas mentais de como elas percebem as suas respectivas Regiões Administrativas. Ao longo da confecção dos mapas mentais foram feitas entrevistas formais com as crianças para explicarem seus desenhos.

Na terceira e última etapa os mapas mentais foram analisados segundo a Metodologia Kozel que segue em decodificar as representações das crianças nos mapas mentais quanto à forma, distribuição dos elementos, representação de ícones, entre outros tópicos (Kozel, 2009).

Contudo, pontuamos que a metodologia será aprofundada melhor no capítulo 3 deste trabalho.

Estrutura do Trabalho

O trabalho se estruturará em 3 capítulos. O primeiro contextualizará as contribuições da geografia humanista, o diálogo dos métodos fenomenológicos e materialista histórico para explicar a essência do espaço urbano junto com suas categorias de análise: existência, percepção e essência, e por fim, compreender as

geografias das crianças nas cidades, a partir do pressuposto de que é do vivenciado pelos sujeitos que podemos compreender as cidades e seus processos.

Em seguida, no segundo capítulo abordaremos o espaço vivido a partir da dimensão das experiências e de pertencimento que as crianças constroem nas cidades. A partir disso, a realidade social e as representações do mundo são reveladas por meio da perspectiva dos sujeitos, mais precisamente da ação dos seus corpos e emoções no espaço urbano. Dessa forma, é alinhado na análise o material, base do concreto que parte do cotidiano nas cidades em conjunto com o imaterial que parte da subjetividade e da experiência espacial dos sujeitos.

Por fim, no terceiro capítulo serão contextualizadas as áreas de estudo da pesquisa, assim como serão relatados os procedimentos e as técnicas empregadas na pesquisa, o detalhamento do campo com a realização das oficinas dos mapas mentais e as entrevistas não formais com as crianças. Os resultados do campo e a análise dos mapas mentais serão analisados e decodificados por meio da Metodologia de Kozel (Lima e Kozel, 2009), que visa decodificar a mensagem nos desenhos elaborados por aqueles que vivenciam as experiências em um determinado espaço em questões de noção de distância (longe, perto, dentro, etc.), a questão da afetividade, das ações e as intenções humanas e dos limites afetivos.

Nas considerações finais, retomaremos a discussão fomentada a partir dos resultados obtidos de acordo com a metodologia considerada, assim como a análise das entrevistas das crianças em conjunto com proposições a um novo olhar sobre as cidades.

CAPÍTULO 1 – AS CRIANÇAS NA CIDADE: UMA PERSPECTIVA DA GEOGRAFIA HUMANISTA

Neste capítulo inicial do trabalho, serão apresentadas as abordagens e os conceitos utilizados para a realização da pesquisa dentro do campo da Geografia Humanista.

Dessa forma, percorreremos o desenvolvimento do humanismo dentro do campo geográfico no mundo e no Brasil. Ainda, prosseguiremos por suas categorias de análise e abordagens com contribuições da Fenomenologia, mas, que também dialogam com o Materialismo Histórico, em uma geografia do possível (debatida no SIMPURB de 2011, em Belo Horizonte), de forma que as dimensões filosóficas dessas correntes, como a percepção, a essência e a existência sejam essenciais para o estudo do espaço urbano, como defendem Scarlato e Costa (2017). Para, por fim, entendermos quais as contribuições que essas linhas dos estudos geográficos dão ao se buscar entender a geografia das crianças nos espaços urbanos.

1.1 – CAMINHOS DO ESTUDO PELA GEOGRAFIA HUMANISTA

A corrente filosófica do humanismo preconizou o entendimento do mundo humano através dos estudos da relação da sociedade com a natureza, do seu comportamento geográfico, assim como dos seus sentimentos e ideias a respeito do espaço e do lugar. Na contramão da ciência positivista, a Geografia Humanista buscou uma reflexão dos fenômenos geográficos, a fim de entender o ser humano e sua condição no mundo (Tuan, 1985).

Nisso, Tuan (1985) inicia seu pensamento humanista nos questionando: como o ser humano experiencia e entende o mundo? De que maneira as pessoas atribuem significado e organizam o espaço e o lugar?

Em um contexto geral, ao longo dos anos de 1960, a Geografia Positivista, junto com o seu cientificismo e seus modelos de mundo, dominavam o campo de estudos da ciência geográfica. Entretanto, a sociedade da contracultura e seus ideais, questionavam os padrões culturais e políticos da época, e assim, fizeram efervescer o interesse pelos valores humanos, pela estética e por um novo estilo de vida e ciência (Holzer, 1997).

A construção desse cenário foi propícia à origem da Geografia Humanista como um campo autônomo de estudos, que teve a contribuição de pesquisas anteriores da Geografia Cultural, assim como auxílio da Geografia Histórica (Holzer, 2003).

Nessa perspectiva, o humanismo na geografia se referia a uma tentativa de analisar as ações e produtos dos seres humanos, a partir de uma visão que ampliava a perspectiva cartesiana e positivista da ciência, incorporando as humanidades na leitura dos temas geográficos (Tuan, 1985).

Nesse sentido, Tuan elenca que:

A contribuição da Geografia Humanista para a ciência está na revelação de materiais dos quais o cientista, confinado em sua própria estrutura conceitual, pode não estar consciente. (...) O material inclui a natureza e gama da experiência e pensamentos humanos. A qualidade e a intensidade de uma emoção, ambivalência e a ambiguidade dos valores e atitudes, a natureza e o poder do símbolo e as características dos eventos, das intenções e das aspirações humanas, à medida que dizem respeito ao espaço e ao lugar (Tuan, 1985, p. 159-160).

No campo disciplinar da ciência geográfica, podemos relacionar quatro perspectivas para conceituação de espaço, sendo elas: 1) a naturalista, o espaço como meio natural; 2) a absoluto-relativo, considerado como um plano homogêneo que, pode ao ganhar novos elementos tornar-se heterogêneo, relativo; 3) a de produção material, quando o espaço se configura como resultante da ação social ao longo do processo histórico de desenvolvimento do capitalismo; 4) a do espaço vivido-concebido que se articula com os imaginários humanos e o ponto de vista do sujeito, o espaço sendo um conjunto de símbolos (Silva e Matos, 2017).

Diante disso, a Geografia Humanista adotou a perspectiva do espaço geográfico como espaço vivido-concebido. E, assim instaurou outro eixo de compreensão dos fenômenos, considerando o espaço permeado pela afetividade, pela psique humana, pelos símbolos de identidade e pela cultura. Com isso, o espaço geográfico passou a ser visto, como um lócus de experiências individuais e coletivas (Silva e Matos, 2017).

Dessa forma, foi instalado no campo da Geografia Humanista um paradigma baseado nos sentimentos espaciais e na percepção. Assim, lugar e espaço, mas, precisamente, considerados como espaço vivido, tornaram-se as categorias mais utilizadas no resgate da interação entre sujeito e objeto na ciência geográfica. A partir da premissa do ser humano envolto de espaços vividos, buscou-se compreender essa

relação levando em conta o que ele sente por esses espaços, principalmente, pelas influências do seu modo de vida e cultura.

E nisso, ao refletir sobre as proposições da Geografia Humanista e validando a perspectiva do espaço a partir das emoções e do pensamento na ligação ao lugar, Tuan postula:

Considerem o animal como movendo-se ao longo de um caminho, parando de tempo em tempo. O animal pára por uma razão, usualmente, pára para satisfazer uma necessidade biológica importante. (...) A localização da parada torna-se para o animal, um lugar, um centro de significância que ele pode defender contra intrusos. (...) Este modelo de comportamento animal e sentimento de lugar é prontamente aplicável aos seres humanos. (...) Nós paramos para atender as exigências biológicas; cada pausa estabelece uma localização como sendo significativa, transformando-a em lugar. (...) Como um mero espaço se torna um lugar intensamente humano é uma tarefa para o geógrafo humanista, para tanto, ele apela a interesses distintamente humanísticos, como a natureza da experiência; a qualidade da ligação emocional aos objetos físicos, as funções dos conceitos e símbolos na criação da identidade do lugar (Tuan, 1985, p. 149-150).

Assim, os temas abordados nos estudos da Geografia Humanista partem das experiências dos corpos e dos valores espaciais, do espaço mítico, da relação tempo/lugar, do espaço humanizado e da importância da experiência e das relações intersubjetivas na constituição dos espaços e lugares (Holzer, 1997).

Na direção de uma geografia que busca entender o lugar não apenas como localização, mas, como fenômeno experienciado pelos seres humanos que nele vivem (Nogueira, 2004), a Geografia Humanista, se estruturou no aporte filosófico e conceitual da fenomenologia.

As primeiras reflexões sobre a fenomenologia surgiram no final do século XIX e início do século XX, com a publicação de 1901 sob o título *Investigações Lógicas*, essencialmente uma filosofia ligada à matemática. Seu idealizador Edmund Husserl, estabeleceu reflexões na procura de uma nova forma de pensamento sobre a lógica, com base nas experiências básicas da consciência. Logo, a fenomenologia seguiu na busca de ampliar a compreensão da realidade, no sentido de apreendê-la em sua totalidade, com ênfase na importância das percepções dos fatos e da intersubjetividade do pensamento, que, como um todo, constitui o mundo-vivido e que por fim, envolve histórias, sentimentos e valores (Rocha, 2007).

A partir do campo fenomenológico, a Geografia Humanista busca reflexão a respeito da experiência consciente e na tentativa de explicar em termos de significado e significância os fenômenos espaciais (Rocha, 2007). Dessa forma, foi possível construir um diálogo entre a fenomenologia e a geografia, pois, as condições e forças unificadoras da experiência humana que residem nas facetas da vida diária propiciaram essa convergência (Buttimer, 1985).

Ao reconhecer que o ser humano é um ser cognizante e, conseqüentemente, está preso em um mundo físico e social, e, portanto, esta situação influencia o significado e a intencionalidade da sua consciência, os fenomenologistas existenciais usam o método da fenomenologia para penetrar nesse contexto do vivido no qual a experiência é construída (Buttimer, 1985).

Dessa forma, a partir do olhar fenomenológico podemos enxergar os sujeitos das pesquisas, não mais, como meros informantes dos dados necessários à construção do conhecimento, mas, como autores. Assim, a experiência vivida por esses sujeitos passa a ser valorizada como a principal fonte de interpretação das reflexões construídas (Nogueira, 2004).

Nesse cenário de consolidação da fenomenologia como aporte filosófico, a Geografia Humanista, não se preocupou em aplicar de forma rigorosa o método e a matriz pioneira proposta pelo filósofo alemão Edmund Husserl. Contudo, foram com os fundamentos da fenomenologia de Husserl que se estabeleceram as proposições de uma fenomenologia moderna, principalmente as críticas referentes aos campos de dominação da ciência naturalista empirista, do pragmatismo, do objetivismo cientificista do positivismo, da ciência mecanicista, da dominação dos grandes sistemas filosóficos carregados de abstrações complexas (Amorim Filho, 1999).

Mas, foi com o lançamento do livro intitulado *“L’ Homme et al la Terre-Nature de la Realité Geographique”* de Eric Dardel em 1952, considerado como suporte teórico básico da fenomenologia existencial (Holzer, 2003) e sua definição de espaço, como uma conjunção de distâncias e de direções que possui como referência o corpo e o suporte onde ele se instala na constituição de um espaço primitivo que se constituíram as categorias espaciais de lugar e paisagem. E, que posteriormente direcionaram os estudos e pesquisas geográficas nos caminhos da Geografia Humanista (Holzer, 1997).

A partir então, da década de 1960, os geógrafos humanistas retomam Dardel, a fim de resgatar sua obra na luz da sua principal discussão: a relação ser humano-lugar. Mas, foi no final dos anos de 1960 e 1970, que a presença da fenomenologia na

Geografia Humanista se manifestou de forma mais explícita, tendo por base epistemológica o estudo do espaço vivido (Holzer, 2003).

E, logo na primeira metade da década de 1970, os nomes de Tuan e Buttimer se apresentaram na contribuição de buscar uma identidade própria da Geografia Humanista, ambos associados a uma base teórica fenomenológica-existencialista (Holzer, 2003).

Com Tuan, foi possível o estudo das relações de sentimentos que o ser humano tem com os lugares, na percepção do mundo a partir de seu corpo e sentidos. Já Buttimer, levantou a discussão existencial entre o ser humano e a terra, além de divulgar o espaço enquanto espaço vivido (Nogueira, 2004).

Nisso, a fim de justificar a essência fenomenológica e existencialista da Geografia Humanista, Buttimer (1985, p. 167) afirma que: “os fenomenologistas desafiaram muitas das premissas e dos procedimentos da ciência positiva, expuseram uma crítica radical ao reducionismo, da racionalidade e da separação de “sujeitos” e “objetos” na pesquisa empírica”, assim como também: “os existencialistas, apregoam o argumento da libertação de experiência vivida, apelando por descrições mais concretas do espaço e do tempo, e de seus significados na vida humana diária”. Desse modo, para a autora, o mérito dessas filosofias era a abrangência da totalidade do ser-percepção-pensamento, símbolos e ação (Holzer, 1997), pilares para o desenvolvimento do humanismo na geografia.

Nessa perspectiva, Tuan (1983) afirma que o espaço e o lugar, são os conceitos que definem a natureza da geografia. E, entender como um mero espaço se torna um lugar é tarefa para os geógrafos humanistas, a partir do ponto que os interesses humanos como a natureza da experiência, a qualidade da ligação emocional aos objetos físicos, as funções dos conceitos e símbolos contribuem na criação da identidade deste lugar. Ainda nisso, Tuan (1983, p.6), completa: “o espaço é mais abstrato que lugar, (...) o que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e dotamos de valor”.

Logo, o lugar teria personalidade, espírito, e seu sentido remeteria a uma apreciação visual ou estética, como também pela audição, olfato, paladar e tato que exigem um contato próximo e uma longa associação com o ambiente (Tuan, 1985).

Ademais, o marco referencial da experiência espaço-lugar/espaço vivido é o próprio corpo e o suporte onde ele se instala, e, a partir dessas lembranças que surgem a linguagem geográfica. Dessa forma, o espaço é orientado e estruturado a partir do corpo

humano (Holzer, 2003), e os dados primários para a percepção são tomados de contatos diretos do corpo e o mundo (Buttimer, 1985).

Assim sendo, o método fenomenológico na Geografia foi e é utilizado para fazer uma descrição rigorosa do vivido da experiência humana e, com isso reconhecer as essências da estrutura perceptiva a partir dos sentidos (Holzer, 1997). Por seu uso pela Geografia Humanista, o mundo enquanto espaço vivido e de vivência, a partir do ser humano como habitante de um mundo físico e social, influi diretamente sobre os significados e intencionalidades de sua consciência, onde são construídas e estabelecidas as experiências (Rocha, 20007).

Contudo, o modo dualístico do par objetivo/ subjetivo da experiência, ainda impregna a dinâmica experiencial e, por conta disso, acaba por ocorrer a distinção entre a experiência interior e o comportamento exterior no espaço. Porém, ao longo do tempo a fenomenologia visou transcender este dualismo e propôs um modo fenomenológico ou intersubjetivo de análise que reconhece a validade de ambos, no esforço de elucidar um diálogo entre as pessoas individuais e a subjetividade do seu mundo (Buttimer, 1985).

No que tange à experiência, poderíamos elencá-la como sendo um termo que abrange as diferentes maneiras através das quais uma pessoa conhece e constrói a realidade a partir do vivido. Contudo, estas maneiras variam desde os sentidos diretos e passivos como o olfato, paladar e tato até a percepção visual ativa e a maneira indireta de simbolização (Tuan, 1983).

As emoções ou sentimento e o pensamento dão colorido a toda experiência humana, incluindo as sensações primárias. A experiência em si, implica na capacidade de aprender a partir da própria vivência. Assim, o sentimento humano não é uma sucessão de sensações distintas, mas, precisamente, a memória e a intuição são capazes de produzir impactos sensoriais no cambiante fluxo da experiência (Tuan, 1983).

Em suas obras expoentes na Geografia Humanista, Tuan explorou os campos dos sentidos e os traços comuns da percepção. O autor aborda os mundos individuais a partir das diferenças e preferências de cada um; investiga as percepções comuns a partir da cultura e das atitudes ambientais; estuda a cidade como síntese desses campos, pois o espaço humanizado seria a materialização das atitudes atuais e passadas para com o ambiente (Holzer, 2003).

Nesse âmbito, Merleau-Ponty (1999, p. 180) afirma que: “todo saber se instala nos horizontes abertos pela percepção” e ainda, que a percepção do espaço não é uma

classe particular de estados de consciência ou atos, mas exprime a vida total do sujeito, a energia de seu corpo e mundo que ele tende para um futuro (Ponty, 1999).

Dessa forma, com sua obra “*Fenomenologia da Percepção*” (1999), Merleau-Ponty tornou-se o elo entre as proposições de Husserl e as versões mais recentes da fenomenologia, principalmente àquelas com maior incidência entre os estudos e pesquisas da Geografia Humanista, principalmente dentro dos temas referentes à percepção, ao espaço vivido e ao mundo percebido (Amorim Filho, 1999).

Com essa visão de ciência a Geografia Humanista passa a olhar os cidadãos comuns, enxergando suas descrições, os seus conhecimentos concretos e subjetivos da realidade, assim como reconhecer as suas representações do mundo (Nogueira, 2004).

1.1.1 – A GEOGRAFIA HUMANISTA NO BRASIL: ALGUMAS ANOTAÇÕES

No Brasil, as reflexões e pesquisas que podem ser consideradas parte da Geografia Humanista se desenvolveram, a partir, do final da década de 1970 e no início dos anos de 1980, especialmente, com a tradução das duas obras fundamentais de Yi-Fu Tuan, realizada por Livia de Oliveira. A partir disso, trabalhos, pesquisas, dissertações e teses são produzidos continuamente dentro dessa temática (Amorim Filho, 1999).

Contudo, os caminhos enveredados pela Geografia Humanista no Brasil se direcionam aos estudos da percepção humana sobre o espaço geográfico. Como pioneira desses estudos no Brasil, Livia de Oliveira trouxe através desta linha de pesquisa, além das obras de Tuan, outros textos traduzidos e publicados em periódicos, dos mais diversos autores que trabalhavam nessa perspectiva mundo afora, como Buttimer, Relph e outros. Dessa forma, esses textos, juntamente com suas traduções dos livros de Tuan são as bases iniciais da Geografia Humanista no Brasil (Marandola Jr e Gratão, 2003).

Assim, o desenvolvimento e consolidação de parte dos trabalhos da corrente humanista no Brasil ocorreu por três vertentes: uma mais ligada diretamente à linha trabalhada por Livia de Oliveira, relacionando percepção e cognição do meio ambiente à paisagem, ao lugar e à experiência; outra que tem na Geografia Cultural sua principal orientação e fonte de inspiração; e uma terceira que deriva da cultural, que são os estudos que envolvem a interface entre geografia e literatura (Marandola Jr e Gratão, 2003).

Nisso, as contribuições que esses estudos trouxeram à Geografia Humanista foi colocar problemas filosóficos com ênfase na categoria de lugar, e, com foco na afetividade e na relação com o ambiente (Marandola Jr e Gratão, 2013).

Nesse sentido, Oliveira (2001) enfatiza o lugar como um modo particular de relacionar as diversas experiências do espaço definido como espaço vivido, de lugares existenciais e perceptivos, que vem da experiência direta e genuína.

Contudo, apontamos que o desenvolvimento da Geografia Humanista no Brasil, atualmente, ocorreu e ocorre de forma ampla e diversa. Mas, por não ser o objetivo deste trabalho, abordaremos apenas o desenvolvimento da corrente geográfica na perspectiva do eixo que trata da percepção do ambiente, especialmente, ligada ao grupo da Universidade Estadual Paulista (UNESP) de Rio Claro, liderado pelas professoras Lívia de Oliveira e Lucy P. Marion Machado (Marandola Jr, 2013)

Os campos e tendências da corrente estão abertos a novos temas, abordagens e a diálogos interdisciplinares. E isto, se manifesta, na contínua e renovada atenção que a Geografia Humanista recebeu nos últimos anos, com um reposicionamento dela no mapa da geografia brasileira contemporânea, para além da relação humanismo e fenomenologia, passando pelos desdobramentos da fenomenologia, como os estudos pós-estruturalistas, pós-fenomenologia (Marandola Jr, 2013).

1.2 – PERCEPÇÃO, ESSÊNCIA E EXISTÊNCIA: DIMENSÕES PARA ESTUDO DO ESPAÇO URBANO

Na possibilidade de vislumbrar a objetividade e a subjetividade do fenômeno urbano e do fato cidade, defende-se um diálogo entre a fenomenologia e o materialismo histórico o que é proposto por Scarlato e Costa (2017) e Costa e Suzuki (2012). É pelo ângulo da Geografia Humanista e sua leitura fenomenológica e dialética dos elementos geográficos e históricos que se pode remeter à essência do urbano enquanto fenômeno espacial de dimensões existenciais, como defendem os referidos autores.

Nos rumos que vem tomando os estudos geográficos defende-se que o ser humano e a sociedade não são resultados apenas das condições sociomateriais do mundo em vivem, mas também dos símbolos das ações que formam a consciência vinculada às condições materiais (Costa e Suzuki, 2012).

Dessa forma, a conciliação entre o marxismo e o pensamento existencialista fenomenológico é uma forma de explicar a realidade do indivíduo e da sociedade pelas suas condições sociomateriais, junto à interpretação da experiência vivida (Suzuki e Costa, 2012).

O materialismo histórico é um método capaz de explicar a produção das formações socioespaciais, e com elas as cidades. Sendo assim, esta produção carrega condições materiais da existência humana localizada. Contudo, as circunstâncias desta materialidade não são suficientes para explicar esta existência, pois o ser humano possui emoções e percepções que lhes permitem a construção de representações simbólicas (Scarlato e Costa, 2017)

Nisso, Scarlato e Costa (2017, p. 2) pontuam que: “a percepção, essência e existência são categorias da fenomenologia, as quais potencializam e auxiliam no alcance da concretude e do significado histórico do urbano”.

Nesse mesmo contexto, recordamos também que a produção e reprodução das cidades é o resultado da obra constante de seus habitantes, tanto os sujeitos anônimos como os que detêm o poder governamental e financeiro. E nisso, compreender a produção e reprodução da cidade, a partir, dos sujeitos que a habitam é uma forma de decifrar o espaço vivido desses sujeitos (Lindón, 2006).

Pontua-se que é pela percepção espacial que formamos nossa consciência do mundo e o marxismo nos ensina que é no ato do trabalho humano que produzimos nossa consciência do/no mundo (Scarlato e Costa, 2017).

Diante da ideia de que a dimensão corporal é a primeira e eminente forma de se conceber o sujeito como habitante é possível também, compreender as atuais sociedades complexas e pensar as cidades (Lindón, 2006).

Nesse sentido, é pontuado por Oliveira (2012, p. 57) que para entendermos sobre a dimensão da percepção e o espaço geográfico: “a porta, ou melhor, o nosso contato com o mundo exterior se dá através dos nossos órgãos sensoriais, de maneira seletiva e instantânea, propiciando a sensação”. Dessa forma, a realidade entra em nosso mundo através dos sentidos, sendo que cada órgão desempenha uma atividade correspondente ao órgão sensorial.

Tuan, ainda coloca que a percepção seria:

Tanto a resposta dos sentidos aos estímulos externos, como a atividade proposital, na qual certos fenômenos são claramente registrados, enquanto outros retrocedem para a sombra ou são bloqueados. Muito do que percebemos tem valor para nós, para a sobrevivência biológica, e para propiciar algumas satisfações que estão enraizadas na cultura (Tuan, 1980, p. 04).

Dessa forma, a sensação, primeiramente, passa por filtros culturais e individuais, para em seguida se tornar percepção que varia a cada indivíduo e grupo social (Silva e Matos, 2017). Com isso, esses filtros tornam-se produtos de interesse da necessidade e da motivação humana, e que muitas vezes dentro do campo perceptivo determinam as tomadas de decisão e conduzem as tomadas de consciência (Oliveira, 2012).

Quanto à percepção do espaço urbano pelos sujeitos, Scarlato e Costa sugerem níveis:

Em um primeiro nível temos: o aglomerado de edificações e equipamentos que formam a massa contínua de construções com diferentes gabaritos; as vidas de circulação e de energia. A percepção em um segundo nível identifica a multiplicidade de funções definidoras da cidade: residencial, industrial, financeira, serviço comercial, religiosa, administrativa, segurança, etc. (...) Em um terceiro nível de percepção da cidade é aquele capaz de aproximar à essência do urbano, ou seja, captar no fato espacial cidade sínteses do movimento histórico da sociedade (Scarlato e Costa, 2007, p. 4).

Ao se estabelecerem relações perceptivas com o espaço urbano, é preciso considerar os anseios da população, como o que quer, o que não gosta/gosta, o que sonha e o que espera do futuro. Assim, perceber e conhecer a cidade como constituída de partes imbricadas e não segmentadas, mas sim de forma integrada com favelas,

periferias, bairros residenciais de classe média e alta, são partes do todo e não polos da realidade, não podendo ser enfrentados separadamente (Oliveira, 2012).

Portanto, a percepção das cidades, variam de acordo com os grupos sociais, assim como, as leituras individuais também são influenciadas pelo sentido dado ao espaço ocupado pela coletividade (Silva e Matos, 2017).

Nesse sentido, é importante recuperar a tese que defendem Scarlato e Costa (2017), segunda a qual no processo permanente de produção material e emocional da cidade, bem como na situação dos indivíduos, de grupos e da sociedade que se faz a essência do urbano, sendo que a essencialidade do urbano não se encontra para além da aparência, mas está na percepção do urbano, quando a essência e aparência se revelam como totalidade.

Perceber o mundo é o caminho pelo qual vivenciamos sua objetividade e subjetividade, no processo de construção da consciência do mesmo, a percepção da cidade ocorre no ato da busca de suas evidências (Scarlato e Costa, 2017). Assim, a geografia enquanto categoria complexa da existência perfaz-se na dialética objetividade-subjetividade do mundo em que o viver no mundo está atrelado à forma material da existência objetiva e ideativa (Costa e Suzuki, 2012).

Desse modo, o espaço geográfico deve ser entendido na dialética do concreto-abstrato, em que o concreto se realiza ou configura o lugar do cotidiano, da vida ativa, e o abstrato é posto pela essência-existência daqueles e daquilo que o compõe (Scarlato e Costa, 2017), e por isso, Buttimer (1985) pontua que descrever o espaço meramente em termos de sua geometria é uma forma inadequada ao entendimento da existência humana.

1.3 - CONTRIBUIÇÕES AO ESTUDO GEOGRÁFICO DA INFÂNCIA: O SER E ESTAR DAS CRIANÇAS NAS CIDADES

No ser humano adulto os sentimentos e ideias relacionadas com o espaço e o lugar são extremamente complexos e originam-se a partir das experiências singulares e comuns. Contudo, toda pessoa adulta começa a vida como uma criança, e com o tempo, o confuso e pequeno mundo infantil dá forma ao surgimento da visão do mundo adulto, também confusa, mas sustentada pelas estruturas da experiência e do conhecimento conceitual (Tuan, 1983).

O ser humano é o resultado de sua experiência íntima com seu corpo e com outras pessoas e a partir disso, organiza o espaço a fim de conformá-lo às suas necessidades biológicas e relações sociais. Com isso, é na interface com a psicologia do desenvolvimento que a geografia vem buscando entender o desenvolvimento do sentido da espacialidade das/nas crianças, assim como suas percepções e como concebem o espaço urbano, por exemplo.

Levando em conta que a criança constrói seu conhecimento, por meio da experiência com os objetos ao seu redor, o seu primeiro ambiente descoberto são seus pais, principalmente a mãe no respectivo ato de mamar. Nesse sentido, os adultos são necessários para as crianças, não somente para sobrevivência biológica, mas também para desenvolver seu sentido de mundo objetivo (Tuan, 1983).

Quanto ao caráter individual, as progressivas aquisições da criança ocorrem no nível corporal, que amplia o domínio do espaço, e sua postura influi na apreensão das informações sobre o entorno. Dessa forma, estabelecem-se, desde o início da vida humana, referenciais espaciais com relação ao próprio sujeito, chegando ao que podemos chamar de esquema corporal (Almeida, 2001).

Quanto ao esquema corporal, Almeida explica:

O esquema corporal é a base cognitiva sobre a qual se delinea a exploração do espaço. Depende tanto de funções motoras quanto da percepção do espaço imediato. A consciência do corpo constrói-se, lentamente, até a adolescência, quando há a elaboração completa do esquema corporal, em função do amadurecimento do sistema nervoso, da relação eu-mundo e da representação que a criança faz de si mesma e do mundo em relação a ela (Almeida, 2001, p. 37).

Esse desenvolvimento gradativo das crianças sobre o espaço ocorre, a partir de suas experiências sensório-motoras. É o desenvolvimento dos sentidos associados ao ato motor, que irá proporcionar à criança a consciência de si e do mundo que a envolve, e nesse processo, ocorre à construção da noção de espaço-tempo (Lopes, 2013).

Como, inicialmente, a criança só percebe o espaço através de seu corpo em contato com outros objetos, utilizando os sentidos, nesse primeiro momento, o seu espaço é de vivência: onde se brinca, passeia, observa etc. À medida que as relações espaciais se desenvolvem e se tornam mais complexas a criança expande também o seu espaço de ação (Lopes, 2013).

Durante as atividades do dia a dia, a criança revela habilidades espaciais que estão muito além de sua compreensão intelectual. Assim, conforme a criança cresce, ela vai apegando-se a objetos, em lugar de se apegar às pessoas, e para finalmente às localidades (Tuan, 1983). Assim podemos elencar a corporeidade como a experiência de fazer, sentir, pensar e querer. É também, através da corporeidade que o indivíduo se apropria do espaço e do tempo que acontece, transforma-o e dá certo valor (Lindón, 2012).

Em suas vivências, as crianças produzem, transformam, negociam e criam novos espaços e espacialidades, e assim são de fato, sujeitos geográficos, na medida em que nos apresentam um vasto repertório de usos e produção de espaços (Costa e Barroso, 2018).

Sarmiento e Pinto (1997) colocam que, é através do reconhecimento dos papéis sociais das crianças e da cultura da infância que se passa a valorizar a capacidade desses sujeitos em produzir símbolos e constituírem representações, crenças e organizações próprias.

Assim, podemos retomar a Geografia Humanista em sua busca de compreender a percepção e representação do espaço pelos sujeitos em um tom único e singular, mas ao mesmo tempo reconhece o seu pertencimento e o compartilhar a um determinado grupo cultural. Nisso, os estudos geográficos da infância objetivam desvelar o ser e estar das crianças no espaço.

Entretanto, de modo geral, por muito tempo, as crianças foram encaradas como seres sem espaço e tempo, conseqüentemente, como sujeitos “a-topos”, sem lugar nenhum, assim como também sujeitos a-temporais, de tempo nenhum. É no/pelo espaço que se manifestam com toda força as formas mais opressoras do sistema, quaisquer que sejam estas, desumanizam o ser humano, e revelam-se no espaço. Nisso,

a infância, foi percebida muito mais pelas suas ausências do que pela presença no mundo (Lopes, 2009).

Neste sentido, esse apagamento das crianças do/no espaço, ocorre pela apropriação dos modos de produção, bem como os agentes que os representam, também considerados atores espaciais que no jogo de forças tem vantagem e supremacia sobre os outros agentes. Dessa forma, não ter capital somado ao não ser adulto tem significados fortes, como não ter poder real sobre as decisões, assim como de escolha (Nascimento, 2016). Inclusive, podemos considerar que as diferentes formas de violência infantil têm relação direta com a dimensão de poder ou vontade de poder, que é enaltecida, gradativamente, no mundo adulto.

Nesse ínterim, Lopes explica:

Essa perspectiva de ver a criança e de conceber a infância nega seu papel de sujeito social, nega a existência de suas histórias e geografias, nega suas possibilidades de construção, de ação e de diálogo na produção dos espaços e tempos em que se inserem e a coloca na condição de sujeito passivo e, portanto, passível de receber ações que vêm dos outros que compõem seus cotidianos (Lopes, 2009, p. 34).

No entanto, o espaço, também se apresenta como um campo de possibilidades, de lutas e que pode ser marcado pelo enfrentamento às forças opressoras. Porém, é também, no espaço que acontecem as possibilidades de expressão e de reaproximação da liberdade. E as crianças demonstram isso ao subverterem os espaços que são considerados não delas, não para elas em espaços de uso (Nascimento, 2016).

Diante disso, o surgimento de um novo olhar sobre as crianças e as infâncias, vem ganhando destaque (ainda que tímidos) dentro dos estudos geográficos e que tem sido impulsionado pelo diálogo com as mais diversas áreas do conhecimento, como a sociologia da infância e a psicologia do desenvolvimento. Assim, as reflexões levantadas nesses campos visam elencar novos ângulos de perceber e compreender as crianças e suas ações no mundo. E, no que tange à geografia, as interações entre as crianças e seus espaços (Lopes, 2009).

Na sociologia da infância Qvortrup considera a infância como um segmento na estrutura social, e por isso, postula:

Em linguagem coloquial e no discurso científico, a infância é comumente caracterizada como um período. O período que temos em mente é relativo ao indivíduo e pode ter várias durações; de qualquer forma deve ser o período de

tempo que demarca o começo e o fim da infância individual de uma pessoa. É difícil deixar de pensar nesses termos, pois cada um de nós está ansioso para prever o que acontecerá conosco durante a nossa própria fase adulta e a nossa fase enquanto crianças. Isso está de acordo também com as discussões dominantes sobre mobilidade individual, as quais, por sua vez, coincidem com o sistema de valores da nossa sociedade. Pensar em termos estruturais rompe com os planos de vida pessoal; faz pensar não em termos do desenvolvimento da criança, mas, particularmente, no desenvolvimento da infância (Qvortrup, 2010, p.634-635).

Diante disso, a infância passa a ser vista como um constructo social e plural que reverbera na sua dimensão espacial, pois, as infâncias passam a construir lugares destinados às crianças. Logo, falamos em infâncias, pois se levamos em conta a sua dimensão plural, a sua concepção sistematizada é diferente nas diversas sociedades, o que torna impossível falar em uma única infância (Lopes, 2009). E nisso, são produzidos diferentes arranjos culturais e, assim, diferentes formas de ser criança (Lopes, 2013).

E, assim podemos compreender as condições sociais que produzem as infâncias nas diferentes localidades, como cada contexto e realidade elabora a sua ideia de infância (Lopes e Vasconcellos, 2006).

Dessa forma, a infância, considerada como espaço social no qual as crianças vivem, transforma-se constantemente, da mesma forma que a idade adulta e a velhice também se modificam. Assim, essas transformações não escondem a contínua existência e a realidade da infância enquanto categoria estrutural, de forma permanente e não transitória. (Qvortrup, 2010).

Na estreita ligação entre a vivência da infância e o local onde ela será vivida, cada grupo social não só elabora as dimensões culturais que tornam possível a emergência de uma subjetividade infantil relativa ao lugar, mas também designa a existência de locais no espaço que materializa essa condição (Lopes, 2013).

Portanto, evidenciar e ouvir as percepções e representações das crianças sobre as cidades é uma forma de reconhecê-las como cidadãs e sujeitos geográficos, também auxiliam a pensar a estrutura dos espaços sob seus olhares na busca por melhorias e transformações na própria cidade (Lopes, 2013). Nesse ínterim, temos por premissa o fato de que as crianças são sujeitos participantes e construtores do espaço, tempo e da cultura (Nascimento, 2016).

Nesse cenário, mostra-se a necessidade de compreender as infâncias e a vida das crianças a partir de suas percepções espaciais, pois, negar o espaço como dimensão fundante da infância e das crianças é negar uma das facetas da sociedade e o momento fundamental da vida adulta mesma. E, ainda pode contribuir na desconstrução do olhar sob o espaço como reflexo das ações humanas, e reconhecer a sua importância na produção, sistematização, criação e locus da vida (Lopes e Fernandes, 2018).

CAPÍTULO 2 – A CONSTRUÇÃO SOCIOESPACIAL DAS CIDADES COMO ESPAÇO VIVIDO: DA VIDA COTIDIANA À CORPOREIDADE-SUJEITO

Neste capítulo do trabalho nos debruçaremos sobre a construção socioespacial das cidades, tida como espaço vivido a partir da ótica da vida cotidiana, dos sujeitos, dos seus corpos e emoções.

Assim, com base na Geografia Humanista, refletiremos em torno do espaço vivido construído na perspectiva dos corpos e emoções dos sujeitos que agem, vivem e percebem esses espaços. E, a partir dessa experiência, integraremos à análise os estudos sobre a vida cotidiana e o cotidiano como parte integral da construção sociotemporal desses corpos no espaço geográfico.

2.1 - OS ESTUDOS DO ESPAÇO VIVIDO: NOTAS INTRODUTÓRIAS

A reflexão e revisão sobre as concepções de espaço e espacialidade nas últimas três décadas materializou um movimento, no qual o espaço passa de concebido como produto social para ser entendido enquanto vivido, experimentado e construído socialmente (Lindón, 2008).

Ao longo dos anos de 1980 os estudos da geografia francófona em proximidade com a geografia anglo-saxã desenvolveu o conceito de espaço vivido com conteúdo, mais ou menos, próximo ao que vinha sendo desenvolvido com o conceito de lugar dentro da perspectiva humanista (Lindón, 2007).

Inicialmente, o conceito de espaço vivido foi proposto em 1976 por Armand Frémont (Lindón, 2007). Para o autor (1980) as relações do ser humano com o espaço não constituem um feixe de dados imanentes ou inatos, mas combinam-se numa experiência vivida, que de acordo com as idades de vida, se forma, se estrutura e se desfaz. E nisso, as estruturas da percepção e da inteligência do espaço assentam como todas as estruturas psicológicas em esquemas cada vez mais adaptados às novas situações construtivistas do conhecimento.

Frémont (1980) ainda pontua que o espaço vivido deve integrar a dimensão do tempo, bem como o movimento que é a deslocação no tempo e no espaço. Assim, o espaço vivido se constitui como um espaço-movimento e um espaço-tempo vivido.

Em seguida, a partir das aproximações da Geografia com a Fenomenologia passa-se a dar importância na forma que os habitantes nomeiam sua localidade e seus

lugares institucionalizando seus espaços a partir de suas memórias, vivências e vida cotidiana. Nisso, é dentro do campo da Geografia Humanista que o conceito de espaço vivido se origina na pretensão em encontrar as relações entre o espaço geográfico, a percepção, os lugares do cotidiano e suas representações (Lerma Rodríguez, 2013).

Como pioneiro da Geografia Humanista, o geógrafo Yi-Fu Tuan contribuiu na conceitualização do espaço vivido. O geógrafo partiu da valorização da experiência dos sujeitos no espaço com destaque às percepções sensoriais, a influência das atitudes, o papel da cultura e o peso dos valores sociais. Contudo, para além de perceber o mundo a partir dos sentidos, Tuan considera que a dimensão dos objetos percebidos varia de uma cultura para outra.

Dessa forma, para compreender como cada cultura entende o espaço propõe uma análise dos aspectos comuns a todas as sociedades: a forma de segmentação e oposições binárias, considerados elementos básicos que compõem os objetos, os esquemas cosmológicos e seu significado e a psicologia espacial (Lerma Rodríguez, 2013).

A partir disso, as pesquisas e trabalhos do espaço vivido reafirmam a importância em desvelar o espaço geográfico por meio da subjetividade individual e grupal dos sujeitos espaciais com o meio circundante. É através dos princípios da experiência que podemos afirmar que o espaço não é percebido nunca do mesmo modo por dois indivíduos e conta com múltiplas significações nas distintas culturas (Lerma Rodríguez, 2013)

A relação que o sujeito estabelece com a cidade, com sua casa, com sua habitação e com seu próprio corpo tende a se expressar através do habitar a cidade, habitar a casa e habitar seu território. Logo, o espaço torna-se a manifestação do mundo de vida, da subjetividade, dos conflitos e vivências de todos aqueles que habitam o espaço e a cidade (Gualteros Trujillo, 2006).

A partir disso, podemos apontar a subjetividade como a experiência vivida pelo sujeito social e que adquire potencialidade construtora da realidade socioespacial cada vez que os sujeitos se movimentam em suas atividades diárias no mundo (Lindón, 2012).

Dessa forma, o enfoque das pesquisas sobre o espaço vivido é o de dar conta de como as pessoas vivem o espaço geográfico com seus corpos. E, a partir disso dizer como ela o sente, o nomeia, o significa e se apropria (Lerma Rodríguez, 2013).

Por isso, através dos corpos e de seus movimentos que os sujeitos constroem a espacialidade humana que faz referência a um exercício criativo e, portanto, construtivo do espaço (Gualteros Trujillo, 2006).

Assim, o sujeito cria espaços vividos onde expressa e exterioriza seu mundo de vida e cria espaços de acordo com suas necessidades vivenciais subjetivas, tornando-se espaços que fogem da lógica limitante do exercício arquitetônico, matemático ou euclidiano centrado no levantamento de estruturas materiais e formas de concreto (Gualteros Trujillo, 2006).

2.2 – A CIDADE COMO ESPAÇO VIVIDO: A PARTIR DO SUJEITO, DO CORPO E SUAS EMOÇÕES.

Nessa seção para entender a essência do espaço urbano partiremos da subjetividade dos sujeitos, mas especificadamente, de corpos e emoções, e assim delinear um caminho de investigação que rompa com a visão cartesiana e euclidiana de entender o espaço urbano.

Na busca de compreender a realidade social os enfoques humanistas da ciência geográfica integraram em suas análises o material e o imaterial. E, desse modo fosse possível para compreender o espaço a partir da experiência espacial do sujeito e do que ocorre em seu mundo da vida cotidiana (Lindón, 2012).

A partir disso, a figura do sujeito espacializado aparece como motor social e tem ganhado centralidade nos estudos sociais, como uma janela analítica para pensar e estudar as práticas, a ação e o atuar no espaço geográfico (Lindón, 2009).

Assim, ao conceber o sujeito espacialmente, se reconhece a sua atuação que faz e modela os lugares, ao mesmo tempo em que faz os lugares deixarem suas marcas nos sujeitos (Lindón, 2009).

Podemos elencar que uma das abordagens para entender a construção socioespacial das cidades parte dessas práticas socioespaciais expressas na corporeidade. Desse modo, tais práticas configuram a imaginação geográfica que incide na subjetividade – esta integra a corporeidade e o emocionalidade dos lugares - dos sujeitos habitantes da cidade e, que por sua vez incide nas práticas de apropriação do lugar (Ramírez, 2018).

Assim sendo, conceituamos a corporeidade como a relação do corpo humano com o corpo urbano. E ainda, ela pode ser pensada como o resultado da experiência íntima do ser humano com seu corpo e junto ao de outros seres na tentativa de organizar seus lugares (Sousa, 2009).

Nessa perspectiva, Nunes e Rego elencam que:

A corporeidade perpassa por diferentes escalas espaço-temporais, permite uma apreciação profunda de si, dos outros e da realidade do mundo. É a mais íntima relação do [ser humano] com o espaço, deriva das relações que são estabelecidas entre o corpo e o ambiente, o corpo e outros corpos no espaço vivido (Nunes e Rego, 2011, p. 87).

O conhecimento espacial prático sobre os lugares é adquirido pelo ser humano como todo conhecimento de sentido comum e, que vai se fixando em seu corpo. Isso é o que permite ao sujeito resolver a orientação espacial ou a direcionalidade em seus deslocamentos diários, tanto naqueles movimentos espaciais que são realizados em raios de ação reduzidos, quanto àqueles realizados dentro de uma sala, um local de trabalho ou uma casa. Ou, até mesmo deslocamentos mais extensos e complexos como aqueles realizados pelos habitantes das cidades entre seu trabalho e sua casa (Lindón, 2012).

De forma geral, podemos reconhecer que o sujeito com sua corporeidade e emoções habita lugares que fazem parte do social, do corpo e das emoções experimentadas por seus próprios corpos. Contudo, por vezes a espacialidade é esquecida nessa dinâmica, embora a relação entre corpo e espaço seja inevitável (Sousa, 2009).

Por isso, pontuamos que é por ter corpo que o sujeito se apropria do espaço e do tempo, o transforma, concebe valores e significados particulares e, assim carrega a memória do vivido (Nietsche e Kozel, 2006).

Para Merleu-Ponty (1999, p.205): “ser corpo [...] é estar atado a um certo mundo, e nosso corpo não está, primeiramente, no espaço: ele é no espaço. Desse modo, o corpo é apenas um elemento no sistema do sujeito e de seu mundo, e torna-se de fato o seu ancoradouro no mundo.

O corpo é o ponto zero das coordenadas de toda experiência e é o espaço mais imediato do sujeito. Assim, toda prática espacial só se torna possível e se concretiza a partir do corpo e da motricidade que lhe é inerente. Ao conceber o sujeito como habitante, a primeira e eminente dimensão espacial é a corporal (Lindón, 2009).

O corpo, portanto, é o que permite o acesso ao espaço, às pessoas e aos objetos, e logo, configura-se como o primeiro campo dos estudos da problemática sobre o espaço urbano e como escala geográfica elementar (Nunes e Rego, 2011).

É por meio desse campo que os sujeitos estabelecem as suas individualidades e a sociabilidade, sendo a prática que se dá no cotidiano a partir das experiências no espaço vivido (Nunes e Rego, 2011).

Em contraponto, é importante apontarmos que antes mesmo das experiências espaciais dos sujeitos com seus corpos surgem as emoções através dos movimentos corporais e, assim expressam a relação do sujeito com seu ambiente e com seu espaço vivido (Lindón, 2012).

Dessa maneira, a contribuição que as emoções trazem ao debate parte do modo de como apreendê-las na experimentação do espaço e, a partir disso, ser possível pensá-las como integrantes do processo de diferenciação socioespacial e como são vividas de modos distintos em cada fragmento do tecido urbano (Mares, 2019).

A relação existente entre os sentimentos e as emoções com espaço/lugar, Tuan denomina de Topofilia:

Um neologismo, útil quando pode ser definida em sentido amplo, incluindo todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material. Estes diferem profundamente em intensidade, sutileza e modo de expressão (Tuan, 1980, p. 107).

Nisso, o autor elenca que a Topofilia assume muitas formas e varia muito em amplitude emocional e intensidade podendo ser o prazer visual efêmero, o deleite sensual de contato físico, o apego por um lugar por ser familiar, porque é o lar e representa o passado, ou porque evoca orgulho de posse ou criação, a alegria nas coisas devido à saúde e vitalidade (Tuan, 1980).

É ainda, por meio da Topofilia que Tuan aborda a dimensão sensível do espaço percebido, apropriado, habitado e significado em termos sensoriais, perceptivos e da experiência da pessoa (Ramírez, 2018).

A construção social dos lugares pela ação dos sujeitos a partir de suas práticas espaciais é filtrada, portanto, por suas emoções, apegos ou desapegos que ocasionam em uma variedade de sentimentos pelos lugares (Lindón, 2009).

Assim, as perspectivas do sujeito habitante como construtor do social e do urbano com sua corporeidade e emocionalidade alinhadas podem contribuir para compreender as cidades. Logo, passa-se a considerar que a produção e reprodução das cidades é o resultado da obra constante de seus habitantes, conseqüentemente, de seus corpos e emoções (Lindón, 2009).

Nesse sentido, a cidade pode ser estudada a partir da análise das práticas do ator territorializado em suas múltiplas encenações. A análise do sujeito, de suas práticas e a corporeidade é delimitada no nível performativo que resulta do corpo e do fazer (Lindón, 2009), pois o corpo como materialidade sensível permite uma leitura sinestésica do espaço e personifica a singularidade de como cada indivíduo sente e percebe as coisas (Nunes e Rego, 2011).

Com isso, essa nova espacialidade nos remete à compreensão da subjetividade espacial e o vínculo na construção da cidade expresso nas práticas socioespaciais que permitem explicar as transformações urbanas e o sentido de lugar (Ramírez, 2018).

2.3 - O CONCRETO DAS CIDADES: A VIDA COTIDIANA NA EXPERIÊNCIA DOS SUJEITOS

Na seção anterior buscamos compreender o espaço urbano pelo viés abstrato, dos corpos e emoções dos sujeitos que vivem e habitam as cidades. Contudo, no entendimento de que o espaço geográfico é construído dentro da dialética concreto-abstrato (Scarlatto e Costa, 2017), nesta seção trataremos do material e do concreto a partir da natureza do urbano para entender o lugar do cotidiano na vida ativa dos sujeitos dentro das cidades. No entendimento que localizar historicamente o cotidiano contribui para o desvendamento do social (Damiani, 1995), enxergar o vivido e trazer à tona as possibilidades de transformação inseridas nele (Moreaux, 2014).

O diálogo dos estudos da vida cotidiana com a geografia parte do componente espaço, precisamente, na retomada da dimensão do habitar, do construir, do mundo de representações e da cultura que já existiam nas cidades gregas, medievais e renascentistas (Scarlatto e Costa, 2017).

Com isso, partimos da premissa que o habitar é uma prática e também um nível do espaço social pelo qual se pode ler a reprodução e a organização da sociedade ao nível de uma microssociologia. Dessa forma, o habitar se localiza como nível do espaço social que ilumina uma perspectiva de observação e análise de reprodução social, pois corresponde ao lócus privilegiado de realização da vida cotidiana (Araújo, 2009).

Além disso, tornar o cotidiano como um nível de análise da realidade parte do momento em que a reprodução social do sistema atinge inteiramente a reprodução da vida (Damiani, 1997). Assim, tomamos o cotidiano como objeto multidimensional que se modifica pelas ações do conjunto dos diferentes atores sociais, sendo que alguns possuem mais poder de transformação que outros (Moreaux, 2014)

Inicialmente, nessa discussão situamos que o acontecimento histórico da divisão técnica e social do trabalho conduziu à separação territorial entre as atividades do campo e da cidade, tornando-se o ponto de partida para a instauração de uma nova dinâmica socioespacial (Scarlatto e Costa, 2017).

A partir dessa separação se fez a aglomeração de populações nas cidades que passaram a viver de atividades dominadas pelo poder econômico, político e religioso (Scarlatto e Costa, 2017).

Essa nova sociedade buscou sua estabilidade através de novas regras, normas e leis ditadas pelos poderes das instituições e assim foram criadas representações

simbólicas de forma que a nova sociedade passou a viver um novo imaginário ao experimentar as representações impostas, tanto pelo modo de vida, quanto pela morfologia do aglomerado urbano (Scarlatto e Costa, 2017).

Lefebvre nos apontou que as cidades mudavam quando a sociedade mudava em seu conjunto, portanto, dependiam das relações de imediato que eram estabelecidas e regidas pelas poderosas instituições como a Igreja e o Estado que dotados de poder ditavam seus projetos morais e jurídicos nas cidades, os quais deviam ser seguidos por sua população (Gil e Gil Filho, 2008).

Desde a cisão campo-cidade, o campo passou a se submeter aos poderes da cidade com geração dos mais diversos conflitos. Contudo, os conflitos internos nas e das cidades eram crescentes e para o reestabelecimento da ordem, as cidades passaram a se submeter aos Estados autoritários com a instituição de forças de poder, controle e segurança (Scarlatto e Costa, 2017).

Quanto a isso Scarlatto e Costa dissertam:

A cidade, enquanto símbolo do poder político, econômico e religioso, gerou a complexidade dos conflitos; a sociedade passar a vivenciar, cada vez mais, a angústia da existência na vida urbana. A essência do urbano carrega esta angústia vivida no ser urbano, que muito antecede o modo de produção capitalista, promotor de tecnologias modernas de circulação e de comunicação estimulantes da aproximação-distanciamento dos indivíduos (Scarlatto e Costa, 2017, p. 6).

O acontecimento histórico da separação campo-cidade também instituiu imaginários espaciais que fincaram raízes e são, continuamente, reproduzidos, nos dias de hoje em favor de uma nova sociedade com resquícios na antiga e na nova sociedade industrial (Scarlatto e Costa, 2017).

Logo, vivenciar a nova vida urbana complexa, criadora em sua essencialidade, é viver a liberdade sartreana do engajamento ou da alienação, cuja realidade é reforçada na cidade. Assim, viver nas cidades densamente povoadas tem-se desafios relacionais impostos pelas tecnologias e que contribui para a implementação de uma das maiores contradições humanas, de estar próximos não significa estar juntos (Scarlatto e Costa, 2017).

Tomemos como exemplo o que ocorreu nas cidades no período de formação do capitalismo comercial. Devido a implantação do sistema de venda da força de trabalho

pelo trabalhador, a nova vida na cidade urbana passou a ter relógios controlando o cotidiano social. Se antes nas cidades antigas e medievais os muros fortaleciam a coesão e a unidade das cidades, nas mercantis foram os Impérios e, na sequência o Estado Nacional como os aparelhos de repressão ou contenção dos valores relativos à ordem pública (Scarlatto e Costa, 2017).

Portanto, o modo de produção reproduz e organiza socialmente os sujeitos, principalmente, o seu cotidiano na promoção de transformações que se relacionam, intimamente, com as cidades (Araújo, 2012).

Em suma, a programação do cotidiano se espalha e se traduz nas formas de uso do espaço, por meio da cotidianidade do urbano configurada como um modo de vida permeado pela divisão técnica e social do trabalho que favorece o aumento da complexidade das interações sociais dentro das formações socioespaciais, pois mudanças técnicas sempre significaram mudanças nas configurações da vida objetiva e subjetiva da cidade e do urbano (Scarlatto e Costa, 2017).

Com seu surgimento o capitalismo colonizou a vida cotidiana criando uma cotidianidade repleta de significações e de signos que dão vazão ao consumo dirigido e os momentos da vida social transformam-se segundo a lógica da mercadoria de troca. Dessa forma, o capitalismo passa a sustentar e ganha suporte para constituir-se, atualmente, como o sistema de reprodução de relações sociais de produção (Gil e Gil Filho, 2008).

A partir disso, a lógica mercantil do capitalismo passa a dominar o cotidiano e, acaba por impor a lógica de produção do espaço como lugar de reprodução das relações sociais que condiciona, diretamente, a programação do cotidiano (Moreaux, 2014). Logo, Damiani (1995) explica que essa lógica acaba se manifestando quando o sistema capitalista e seu modo de produção não consegue responder pela reprodução ampliada do capital e, assim passa a refletir na reprodução das relações e organização da sociedade num âmbito fora da fábrica industrial.

Na lógica fabril do capitalismo a divisão técnica do trabalho transcende-a e alcança outros momentos da vida social que acabam sendo programados e redefinidos pelos poderes e saberes do capital, na tendência de a vida cotidiana ser gerida pelo modelo de uma pequena fábrica (Damiani, 1995).

Assim, ao se colocar o acento no social, como mediador do econômico e do político coloca-se o acento na cotidianidade como nível de análise da totalidade. A

crítica da vida cotidiana propõe mudar a vida, inclusive a vida privada, o indivíduo e o vivido (Damiani, 1997).

Nisso, o urbano guarda a dialética sujeito natural/sujeito histórico social, no qual representam pela cidade as necessidades banais do cotidiano do sujeito histórico social como comer, vestir, habitar, e o desejo grandioso da conquista. Assim, a sociedade urbana tem no ser humano urbano aquele dilema existencial sartreano, na qual está condenado a ser livre, mas, esta condenação demanda estar sempre à frente das opções existenciais: alienar-se ou engajar-se (Scarlatto e Costa, 2017).

CAPÍTULO 3 – PARA DESVENDAR A CIDADE ESTRUTURAL E O LAGO NORTE COM O PROTAGONISMO DAS CRIANÇAS

Este capítulo tem por objetivo relatar a metodologia da pesquisa com enfoque nos instrumentos utilizados para a realização do estudo. Além disso, serão caracterizadas as áreas de estudo com base no empírico e na literatura, discutiremos sobre os mapas mentais enquanto instrumentos de representação do espaço vivido e serão apresentados os resultados e análises a partir dos mapas mentais das crianças.

3.1 – CAMINHOS DA PESQUISA: ÁREA DE ESTUDO E METODOLOGIA

Atualmente, o território do Distrito Federal constitui-se com 33 Regiões Administrativas que tem por gênese histórica o início das ocupações que se espalhavam próximos aos canteiros de obras de construção do Plano Piloto e também nos acampamentos das firmas empreiteiras que abrigavam as populações trabalhadoras na construção da Capital (Costa e Peluso, 2016).

Com pretensão ao ordenamento territorial da nova Capital, os antigos acampamentos e ocupações transformaram-se em assentamentos para a habitação periférica pelo planejamento urbano estatal e seus programas governamentais de habitação (Penna, 2012).

Com isso, os assentamentos, posteriormente, chamados de Cidades Satélites hoje são as Regiões Administrativas do Distrito Federal e alocam grande heterogeneidade social, econômica e cultural da unidade federativa (Penna, 2012).

Com base nesse cenário introdutório nosso estudo parte da realidade do Distrito Federal, especificadamente, das RA's da Cidade Estrutural e do Lago Norte possuidoras de configurações políticas e espaciais distintas em termos de localização, organização e gestão capitalista das cidades, de especulação imobiliária e dos díspares índices de desenvolvimento humano.

Nesse sentido, consideramos a problemática de que os contextos socioeconômicos e culturais das crianças que vivem e experienciam as respectivas cidades influenciam em suas percepções do espaço urbano.

Assim, entendemos que os contextos sociais das RA's originados por seus processos de formação e consolidação dentro do tecido urbano do DF e com suporte nos dados oficiais em termos de renda, índice de desenvolvimento humano apontam

realidades desiguais e combinadas que permeiam a vivência e o cotidiano das crianças nessas cidades.

A seguir o mapa das áreas de estudo da pesquisa (figura 1).

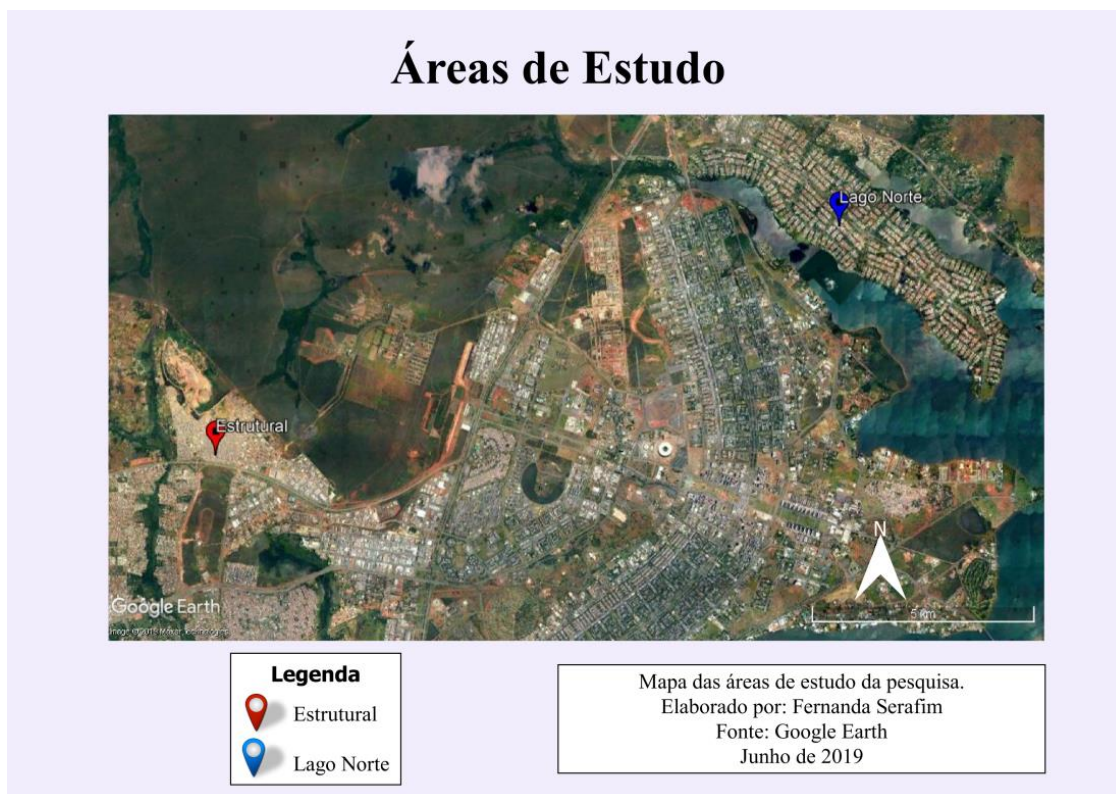


Figura 1. Áreas de Estudo: RA XXV Cidade Estrutural e RA XVIII Lago Norte.

Para corroborar a disparidade entre cidades apontada, anteriormente, temos os dados que informam o quanto os cenários socioeconômicos dessas cidades apresentam discrepâncias.

Segundo dados do Mapa da Violência no DF de 2016¹ a Cidade Estrutural é uma das regiões administrativas com um dos maiores índices de violência do DF, assim como a região de menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da unidade federativa² como aponta o Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas Brasileiras.

Em contraponto, a Região Administrativa do Lago Norte possui um dos maiores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) e uma das maiores rendas per-capita do Distrito Federal segundo dados do PDAD 2016³.

A partir disso, para entender as percepções das crianças sobre as cidades foram realizadas oficinas com a confecção de mapas mentais e, posteriormente, uma entrevista não formal a fim de obtermos explicações e significados sobre os desenhos.

As oficinas foram realizadas no Centro de Ensino Fundamental 02 (CEF 02) da Cidade Estrutural e na Escola da Árvore do Lago Norte. Nas oficinas, inicialmente, foi gerado um debate com as crianças sobre a história e cotidiano das suas respectivas Regiões Administrativas e logo após foi proposta a realização da confecção dos mapas mentais a partir da pergunta norteadora: “O que é a Cidade Estrutural/Lago Norte para você?”, “Como você enxerga a Cidade Estrutural/Lago Norte?”.

Ao longo da confecção dos desenhos foram realizadas, individualmente, entrevistas não formais com as crianças para elas explicarem seus mapas. Optamos por esse modelo de entrevista com as crianças para não deixar o processo cansativo e também, para ter mais fluidez e desinibição das crianças perante um gravador de áudio e assim, não restringir ideias e explicações que poderiam surgir ao longo de todo o processo criativo e investigativo.

Para a participação das crianças nas oficinas foi necessário a autorização escrita dos pais ou responsáveis (anexo 1). O documento foi enviado uma semana antes da realização das oficinas pelas (os) professoras (es) das crianças em suas respectivas escolas na qual, expusemos que se trataria de uma pesquisa acadêmica e que não seria feita nenhuma imagem das crianças por meio de filmagem ou fotografia e que seria coletada apenas as vozes e os desenhos das crianças.

Logo, o número de crianças autorizadas foi baixo, seja pelo não desejo da família em autorizar ou pelo esquecimento de devolutiva da autorização até a data da realização das oficinas.

Contudo, reiteramos que independente de ter a autorização assinada as crianças tiveram total liberdade em escolher participar ou não da pesquisa, dado que elas são sujeitos colaboradores de todo o processo de construção do trabalho.

Desse modo, participaram das oficinas 6 crianças do CEF 02 e 4 da Escola da Árvore, em um total de 10 crianças de ambos os sexos com idades entre 7 a 11 anos.

A confecção dos mapas mentais teve por intuito dar vazão às expressões, sentimentos e percepções das crianças pelas cidades. Em conjunto com os mapas mentais as entrevistas não formais foram coletadas em gravador de áudio e transcritas, posteriormente, para entendimento das significações dos desenhos e facilitar nossas análises.

Para decodificação e análise dos mapas mentais das crianças usamos a Metodologia Kozel (2009) para descrever os desenhos e relacioná-los às explicações dadas durante as entrevistas.

A metodologia proposta tem como sua base teórica a filosofia da linguagem de Bakhtin em que se propõe analisar as representações através dos signos que refletem a construção social e cultural e que referencia uma determinada visão de mundo (Kozel, 2009).

De acordo com a Metodologia Kozel (2009), o conteúdo dos mapas mentais pode ser analisado seguindo os requisitos que seguem no quadro a seguir (Quadro 1):

Procedimentos para decodificação de mapas mentais segundo a Metodologia Kozel	
Passos	Procedimentos
1	Interpretação quanto à forma de representação dos elementos na imagem (ícones diversos, letras, mapas, linhas, etc.)
2	Interpretação quanto à distribuição dos elementos na imagem (as formas podem aparecer dispostas horizontalmente, de forma isolada, dispersa, etc.)
3	Interpretação quanto à especificidade dos ícones: - representação dos elementos da paisagem natural; dos elementos da paisagem construída; dos elementos móveis; dos elementos humanos.
4	Apresentação de outros aspectos ou particularidades

Organização: organização própria a partir de Kozel, 2009.

Através da Metodologia Kozel (2009) é feita uma análise aprofundada com base na Geografia Humanista-Cultural em diálogo com o entendimento das sensações, Topofilia e Topofobia de Tuan (1980), assim como a geograficidade de Dardel na perspectiva da dimensão da relação ser humano-Terra. De modo a levar em conta a afetividade e seus limites, as ações e as intenções humanas e, a partir disso analisar os mapas mentais não como meros desenhos sem sentido, mas no que foi representado (Lima e Kozel, 2009).

3.2 – MAPAS MENTAIS: A REPRESENTAÇÃO DO VIVIDO

O ser humano como indivíduo ou como parte de um grupo tem a necessidade de saber onde estão localizadas as coisas e onde ocorrem os fenômenos na superfície terrestre. Portanto, a atividade de mapear nasceu como uma manifestação útil e imediata para estabelecer as relações espaciais do ser humano com o meio e com seus pares (Oliveira, 1978).

Dessa forma, os mapas surgem como instrumentos necessários para o ser humano se relacionar e se comunicar com outros seres humanos e, principalmente, com o mundo. O aspecto do mapa como forma de comunicação tem por sua natureza a necessidade de um emissor e de um receptor assim, o mapa envolve uma mensagem a ser transmitida por meio de um código e, passa a ser visto como uma forma de linguagem como as palavras, os símbolos, as matemáticas e, assim torna-se uma convenção (Oliveira, 1978).

Assim sendo, Oliveira elenca que:

As funções do mapa são representar a superfície terrestre, expressar o pensamento do mapeador, e atuar socialmente como meio de comunicação. E, como a linguagem escrita e falada está indissolúvelmente associada à atividade mental, também a linguagem gráfica (mapa) é uma exteriorização do pensamento humano (Oliveira, 1978, p. 22).

Desse modo, podemos compreender que as informações se originam diretamente da mente humana e, torna-se uma nova fonte de informação que permite mapear preferências, percepções, comportamentos, expectativas, condutas individuais ou grupais. A partir disso, os mapas mentais são o resultado da tradução da organização do espaço em termos dinâmicos (Oliveira, 1978).

Inicialmente, os mapas mentais foram estudados por vários geógrafos, arquitetos, sociólogos e antropólogos, como Peter Gould e White, Horário Capel, Antonie Bailly, Yves André, Yu-Fu Tuan, Kevin Lynch, entre outros. Além dos trabalhos desses pesquisadores temos visto, recentemente, estudos que apontam os mapas mentais como metodologia de investigação nos debates sobre percepção ambiental, percepção de paisagens e nos trabalhos de antropólogos em que estes tentam ver nas imagens mentais traçadas pelos seres humanos traços ligados à cultura (Nogueira, 2002).

Contudo, o termo “carta mental” foi introduzido aos estudos geográficos por Peter Gould ao discutir sobre o imaginário individual e coletivo relacionado à concepção de mundo inerente aos indivíduos. Em seus estudos investigou sobre o comportamento humano quanto à escolha de itinerários, e também sobre as preferências espaciais estabelecidas em espaços topográficos percorridos no cotidiano impregnados de significados e sentimentos afetivos de modo a elencar o ser humano como construtor de imagens a partir da sua própria concepção de mundo (Kozel, 2005).

Os mais diversos autores desenvolveram em seus trabalhos as mais diferentes utilizações dos mapas mentais. Outro precursor da discussão foi o arquiteto Kevin Lynch com a sua obra “Imagem da Cidade”. Em sua obra, Lynch mostra que com base nas descrições que as pessoas fazem de suas percepções da cidade pode-se detectar elementos básicos das paisagens urbanas e construir uma imagem geral da cidade (Nogueira, 2002). Para Lynch (1997, p. 1): “cada cidadão tem vastas associações com alguma parte de sua cidade, e a imagem de cada um está impregnada de lembranças e significados”.

Nesse sentido, os cidadãos das cidades passam de meros observadores do espetáculo “cidade” para ser parte dele e, assim desenvolver um papel ativo na percepção do mundo e uma participação criativa no desenvolvimento da imagem das cidades e ter a capacidade de transformar essa imagem de modo a ajustá-la a necessidades viáveis (Lynch, 1997).

Assim, os mapas mentais podem ser entendidos como representações construídas, inicialmente, tomando por base a percepção dos lugares vividos e experienciados. Dessa forma, podem trazer neles muito mais do que pontos de referência para facilitar a localização e a orientação espacial, pois contêm saberes sobre os espaços que só quem vive neles pode ter e revelar (Nogueira, 2002).

O conhecimento espacial adquirido pelos seres humanos consiste em imagens mentais construídas na trajetória de sua vivência, a partir da percepção. Essas imagens levam a construir um espaço mental que é percebido, concebido e representado pelos indivíduos (Kozel, 2009). As imagens mentais seriam o resultado da memória e da experiência que envolve a subjetividade e os elementos do ambiente físico e cultural (Marandola e Oliveira, 2007).

A partir disso, os mapas mentais seriam uma expressão do processo de seleção, organização e estruturação das informações espaciais a representar a organização

cognitiva de informações espaciais que captamos ao longo de nossa existência (Kozel, 2009).

Logo, dentro da ciência geográfica na vertente Humanista-Cultural os mapas mentais são colocados como um dos principais aportes metodológicos da representação fenomenológica do espaço vivido em direção à dimensão sociocultural que direciona o olhar ao entendimento das ações humanas em relação ao espaço geográfico impregnado de complexidades e subjetividades até então desconsiderados pelas demais vertentes geográficas (Kozel, 2009).

Assim, os mapas mentais são uma forma de linguagem que retrata o espaço vivido representado em todas as suas nuances, cujos signos são construções sociais de lugares que são constituídos por sujeitos históricos e reais que reproduzem espaços reais, vividos, produzidos e construídos materialmente.

As pessoas constroem o sentido de espaço não somente pela atividade consciente do pensamento teórico, mas, sobretudo pelo conhecimento intuitivo do espaço que passa a ser expresso. Ao se criar formas de mundo se estabelecem sentidos que expressam o cultural e o social, produtos de seu entendimento sobre o espaço vivido, percebido e sentido (Kozel, 2005)

Desse modo, a representação das imagens mentais nos mapas são formas de linguagem impregnada de significados e valores sociais que refletem a realidade ou a vivência dos indivíduos em um processo que vai do concreto ao simbólico, de forma a mostrar que a apreensão do real se dá por intermédio dos processos provenientes da percepção, das lembranças do consciente e inconsciente, assim como do contexto sociocultural a que o indivíduo pertence (Kozel, 2009).

3.3 – A GEOGRAFIA E A PERCEPÇÃO DAS CRIANÇAS: OS MAPAS MENTAIS DE SUAS CIDADES

É nos mapas mentais que o espaço vivido e experienciado é representado. Logo, todos os elementos que compõem os mapas trazem consigo o que as crianças não conseguem expressar em palavras (Almeida, 2011).

Dessa forma, o desenho das crianças como sistema de representação não é uma cópia de objetos, mas sim uma interpretação do real em linguagem gráfica (Almeida, 2011).

O desenho de mapas é uma evidência incontestável do poder de conceituar as relações espaciais (Tuan, 1983). A partir disso, podemos analisá-lo como expressão de uma linguagem da qual a criança se apropria ao tornar visíveis suas impressões e socializar experiências (Almeida, 2011).

Nessa perspectiva serão expostos os resultados e a discussão que podemos traçar a partir da análise dos mapas mentais elaborados pelas crianças a partir de suas percepções das cidades.

Os mapas mentais seguem como figuras no corpo do trabalho e sua legenda é a análise feita a partir da Metodologia Kozel (2009).

As falas das entrevistas coletadas compõem a análise na tentativa de elucidar o que o desenho não deixou tão nítido ou explicativo. Logo, afirmamos que nenhuma criança foi obrigada a explicar ou falar sobre seu desenho. Além disso, enfatizamos que foi respeitada a linguagem das crianças entrevistadas e a transcrição dos áudios foi feita de forma integral.

Também pontuamos que as identidades de todas as crianças foram preservadas, portanto, na composição das legendas dos mapas mentais e nas falas citadas das crianças ao longo do trabalho foram usados nomes fictícios escolhidos por elas mesmas durante as oficinas.

Primeiramente, trataremos dos mapas das crianças sobre a Cidade Estrutural, para depois discutir os mapas e interpretações das crianças sobre o Lago Norte, e por fim o que podemos concluir a partir dos dois cenários.

3.3.1 “A ESTRUTURAL TEM ASFALTO” – MAPAS MENTAIS DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DA CIDADE ESTRUTURAL/DF

De início foi proposto às crianças que desenhassem com base nas perguntas: “O que é a Cidade Estrutural para você? Como você enxerga a sua cidade?”. Logo, após os desenhos prontos cada criança foi explicando o seu mapa de forma livre e espontânea trazendo suas impressões e percepções a partir do vivido.

O primeiro mapa mental (figura 2), literalmente, “abre as portas” da Cidade Estrutural para adentrarmos a percepção das crianças sobre a RA.

Na representação temos a entrada da cidade com a placa que dá nome a cidade e atribui significado de sentido estético e do belo que a criança quis representar em seu desenho sobre a cidade.

O seu mapa traz elementos naturais que atribuem um sentimento de Topofilia (1980) por sua cidade, precisamente, sobre o lugar da placa de entrada, como um tipo particular de emoção agradável e de afeto que experiencia em passagem pelo local em ocasiões cotidianas.

Tio, eu desenhei a entrada da Estrutural. Quando eu vou viajar com meus pais eu sempre observo essas placas que tem no começo da cidade, eu acho muito bonito lá. Eu acho que a entrada de uma cidade tem que ter coisas bonitas né? (Melissa, 10 anos).

A percepção dos seres humanos é permeada pelos elementos que compõem o cotidiano, principalmente, pelos espaços que despertam sentimentos, afetividade, sensações boas ou ruins e adquire diversas formas, conforme, as práticas espaciais de cada sujeito (Lindón, 2012).



Figura 2 - Mapa Mental da Melissa, 10 anos, 2019. Neste mapa temos a presença de paisagem natural e construída, com representação do movimento efêmero pela representação da placa significativa de entrada da cidade: “Cidade Estrutural”, que corresponde ao entrar ou sair da cidade. Os ícones se concentram em elementos naturais como as árvores, a via de circulação que marca a entrada e saída com presença de áreas verdes, em um contraste no cenário urbano. Para a entrevistada, é um dos lugares mais bonitos da cidade, por qual ela tem um sentimento de afetividade, mesmo que seja apenas em momentos pontuais e de passagem.

Dessa forma, notamos que as representações das crianças sobre suas cidades estão impregnadas da cultura e de elementos cotidianos de suas vidas, seja pelos seus trajetos, rotas e caminhos, mas, principalmente, pelo caminho casa-escola, pois a pauta cotidiana se relaciona com a nossa condição de seres móveis no espaço (Nitsche e Kozel, 2006) como mostra o mapa mental a seguir (figura 3).



Figura 3 - Mapa Mental do Kauan, 10 anos, 2019. Este mapa apresenta ícones como casa, comércio, escola e paradas de ônibus. Esses ícones desenhados representam o cotidiano da criança, por isso, o elemento marcante é o percurso de casa para a escola, com a representação de ruas que marcam o elo das pessoas e os lugares. O mapa tem uma forma aberta com espaços em branco, delimitando a representação da criança por apenas aquilo que compõe sua vivência do dia-a-dia na cidade, não necessariamente sua percepção total. Nota-se a representação de uma única loja, nesse percurso, justamente, uma loja de brinquedos.

Tio, eu desenhei o caminho da minha casa até a escola, eu venho a pé, é um pouco longe, mas eu gosto de vir a pé. Tem uma loja de brinquedo que eu sempre passo, parece ser muito legal lá dentro, eu nunca entrei, só vejo pelo vidro (Kauan, 10 anos).

O processo de consolidação do capital no espaço urbano impõe diferenças temporais e espaciais. As formas pré-capitalistas de produção ou não capitalistas são o tempo todo reproduzidas, assim a divisão social do trabalho se desdobra numa divisão territorial do trabalho que ocorre em momentos diferentes do processo, em lugares diferentes, e assim institui diferenças sociais e econômicas no espaço (Damiani, 2006).

A partir disso, o mapa de Kauan traz essa espacialização capitalista que fomenta a consolidação dos serviços e comércios modernos em uma cidade com consideráveis índices grandes de desigualdade social e de renda. No qual, o consumo é colocado como o desejo de ter um brinquedo ou no sentido de alimentar a fantasia do que existe e de

como é aquela loja por dentro, em um processo que alimenta a segregação e a contradição espacial que vive e permeia a percepção da criança.

No mesmo mapa mental nota-se a importância que o trajeto casa-escola possui na experiência espacial da criança, principalmente, com a representação de lugares relevantes em sua vivência como sua casa e a escola, assim como outros elementos urbanos, como a loja CiaToy por onde passa todos os dias e mesmo sem nunca ter entrado, a loja ganha uma representatividade no que considera como parte do seu vivido na cidade.

Ainda refletindo sobre a fala e atitude da criança em olhar a loja apenas pela vitrine, Nascimento (2016) trata da ideia de como o poder da classe detentora do capital e o Estado se materializa no espaço. Diante do exposto que algumas crianças são mais marcadas pelo “não pode alguma coisa” do que outras, dado o fator variante dos espaços coletivizados de acordo com o poder econômico de suas famílias. Pois, os mais pobres mais dependentes dos espaços coletivizados sentirão a não receptividade a espaços particulares de compras ou para usufruir de lazer.

Ainda, no contexto da formação e gestão do espaço urbano pelo capitalismo e por outros agentes espaciais de poder temos no seguinte mapa mental (figura 4) a representação e a centralidade da igreja na percepção da criança entrevistada.

Tio, eu fiz minha casa, o Cose, minha igreja e o mercadinho lá perto onde fazemos compras. No desenho tá longe, mas a igreja é pertinho da minha casa, vou andando com minha avó e minha mãe. Eu não desenhei porque esqueci, mas lá perto tem um cachorro quente que depois do culto eu sempre como. Só no culto de sábado que minha deixa, na verdade (Sabrina, 10 anos).

A Igreja em conjunto com o Estado foi um dos agentes e instituições que exerceram grande influência na formação dos espaços urbanos com centralidade e como polo irradiador de poder dentro da dinâmica de formação e ordenamento das cidades e, conseqüentemente, dos valores e comportamentos referentes à população como forma de controle social, por isso ainda exerce grande destaque na vida social da cidade e de seus habitantes.

Desse modo, a Igreja ainda influencia os modos de vida, a percepção e os sentidos da população. Temos assim, no mapa mental abaixo (figura 4) a abordagem do cotidiano de Sabrina com destaque para os lugares que compõem seus laços de

afetividade com a cidade em destaque a igreja, seja pela ida ao cachorro quente como forma de lazer, ou mesmo pela representatividade que a igreja exerce em sua vida.

Outro ponto de destaque no mapa de Sabrina é o desenho do Cose (Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos) um espaço de assistência social do Governo do Distrito Federal para executar programas de complementação do trabalho social com famílias e prevenção de situação de risco social. A partir disso, também temos representado o poder do Estado no mapa da criança, e assim a representação de duas figuras que exercem influência na construção do imaginário da população.

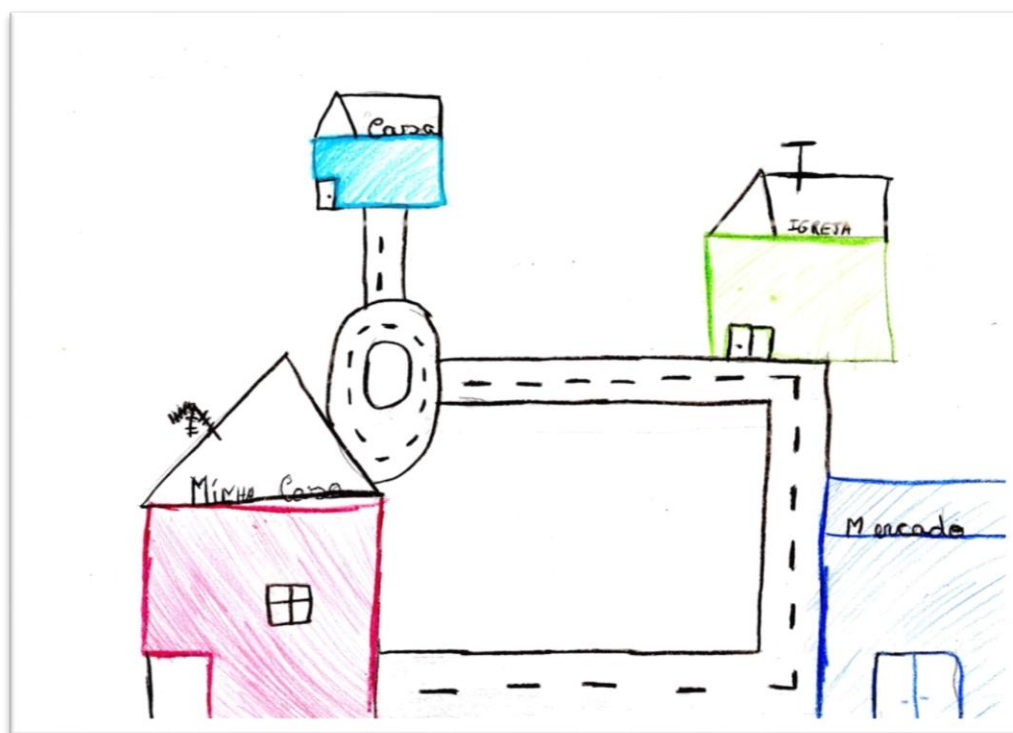


Figura 4 - Mapa Mental da Sabrina, 10 anos, 2019. Este mapa faz uso dos ícones palavras para reforçar a ideia da autora, e principalmente, de exaltar a sua expressão formal quanto ao representado. Os elementos do mapa estão dispersos pela cidade e estão no cotidiano, ligados pelas vias de circulação (ruas), demonstrando distâncias a serem percorridas ao longo dos dias até seus destinos finais. No entanto não é retratada nenhuma presença humana e nem mesmo de paisagem natural, apenas o reforço na paisagem construída. A rede urbana é formada por quatro ícones bem representativos: pela casa, escola, mercado e igreja, elementos que dão sentido a vivência da criança, a casa como seu lugar de habitação, a igreja onde é exercida a fé e expressada a religiosidade e por vezes uma segunda casa, assim como a escola, onde se brinca, estuda e conhece mais o mundo e o mercado como referência das idas e vindas no caminho até os outros lugares, mas também que é onde se consome materialmente e em fantasias.

Ao falarmos do processo de formação capitalista do espaço temos o surgimento de pequenas centralidades que emergem na economia urbana coexistindo com os centros das cidades. Quanto a isso, temos no mapa mental de Gleice (figura 5) o exemplo exercido pela área de sua quadra representada como uma centralidade dentro das várias que possui a Cidade Estrutural.

A criança retrata o comércio, os serviços e as residências que estão próximas de sua casa interligadas pelas ruas e outros elementos de circulação e trânsito. Em sua fala é explicitada, de fato, a função que a área exerce para os moradores daquela área.

Eu fiz tudo que tem perto da minha casa. (apontando para os elementos no desenho) Tem padaria, bar, mercado, várias casas, tem o prédio da assembleia de deus. Tem muita loja, só as vezes que vamos na feira e nas lojas grandes temos que ir de carro, mas tudo que a gente precisa tem aqui perto (Gleice, 11 anos).

Contudo, mesmo com alta representatividade dos serviços cotidianos e de consumo nos arredores da residência da criança entrevistada, foi relatada a necessidade de deslocamento na busca por serviços públicos básicos dada a configuração da cidade com um centro onde se concentra os principais serviços, principalmente, os fornecidos pelo Estado.

Mas tio, lá na minha quadra não tem posto de saúde, só tem um na Estrutural, quando a gente fica doente tem de ir lá e é longe, perto da Administração (Gleice, 11 anos).

Dentro das perspectivas traçadas nos mapas mentais de Gleice e Sabrina (figura 5 e 4, respectivamente) enfatizamos a questão da economia urbana, na qual Santos (2004) trata da modernização e da criação do sistema tecnológico como fatores que generalizaram e difundiram a informação e o consumo como variáveis e como fatores de transformação da economia, da sociedade e da organização espacial.

Assim, é pautado o quanto a existência de uma massa de pessoas com salários muito baixos ou vivendo de atividades ocasionais, ao lado de uma minoria com rendas muito elevadas cria na sociedade urbana uma divisão entre aqueles que podem ter acesso de maneira permanente aos bens e serviços oferecidos e aqueles tendo as mesmas necessidades não tem condições de satisfazê-las. Com isso, imperam-se no espaço dois circuitos de produção, distribuição e consumo de bens e serviços (Santos, 2004).

Santos (2004) nomeia os dois circuitos em: circuito superior e inferior da economia urbana. O autor enfatiza que o primeiro circuito é resultado direto da modernização tecnológica, enquanto o outro é também resultado da mesma modernização, mas um resultado indireto que se dirige aos indivíduos que só se beneficiam parcialmente ou não se beneficiam dos progressos técnicos recentes e das atividades a eles ligadas.

De forma simplificada, o circuito superior se constitui pelos bancos, comércios e indústrias de exportação, indústria urbana moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadores (Santos, 2004) que podem estar presentes nos centros das cidades.

Já o circuito inferior é constituído por formas de fabricação não capital intensivo, pelos serviços não modernos fornecidos “a varejo” e pelo comércio não moderno e de pequena dimensão (Santos, 2004) e são elementos que indicamos na composição do mapa mental de Gleice ao tratar dos pequenos comércios ao redor da sua casa, ou mesmo, a barraquinha de cachorro quente no mapa da Sabrina.

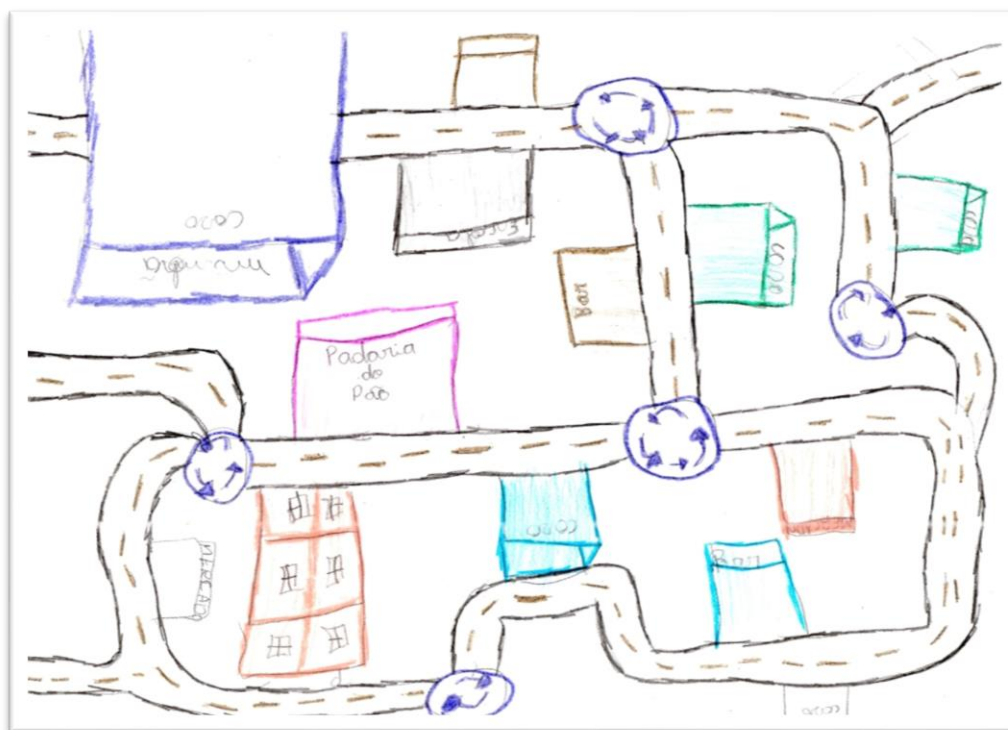


Figura 5 - Mapa Mental da Gleice, 10 anos, 2019. É apresentado o mapa como forma de planta e demonstra o conhecimento espacial da criança sobre a cidade, especificadamente do que compõem seu cotidiano, para além de sua casa e a escola. Traça a cidade com pontos comerciais importantes em uma visão ordenada e concentrada do espaço, sem elementos humanos ou naturais, mas com destaque para uma paisagem construída, exaltando as vias de ligação, assim como as rotatórias que compõem o sistema de trânsito da cidade. A presença de ícones e palavras aponta o que é cada coisa na representação e

contribui para firmar as ideias e significados. No mapa podemos apontar para a ideia de uma centralidade, um “minicentro” exercido pela área representada no mapa e que compõe o cotidiano da criança, a sua vizinhança, e que confere uma comodidade para os moradores que não precisam se descolar longas distâncias para o consumo.

Na figura 6 logo abaixo a criança representa em seu mapa mental a percepção de quem enxerga a cidade da janela do 5º andar de um prédio.

No meu desenho eu fiz a Vila Olímpica, porque é o que eu vejo da janela do apartamento onde moro. Fica no 5º andar, é muito alto, consigo ver até do outro lado da Vila, que é uma visão não muito boa (pausa longa e pensa), depois eu falo. Tem também muitas casas e igrejas por perto. Ah, e eu desenhei as ruas por onde eu vou para a escola, é longe (Caio, 11 anos).

Na fala de Caio é mantido um mistério de um aspecto da cidade que permeia a percepção e o imaginário de muitos moradores da Cidade Estrutural. Um sentimento marcado por estigmas, mas que faz efervescer nuances que compõem a percepção do urbano e a construção do imaginário dos habitantes da cidade, já que para Silva (1992, p. 92): “a percepção imaginária corresponde a um nível superior de percepção”.

Por conta disso, acreditamos que a imagem do início da Cidade Estrutural, como ocupação irregular e pertencente ao antigo Lixão do DF, ainda permeia o imaginário da população de forma negativa por ainda ter latentes as marcas espaciais da desigualdade social e da segregação espacial.

É a partir disso que os moradores atuais relacionam a paisagem da Santa Luzia com a sua cidade do passado e, dessa forma constroem estigmas e negam a área como parte ou pertencente da Cidade Estrutural. Em sua fala Caio enfatiza e deixa a impressão que faz parte de seu imaginário e também de sua família.

Lá depois da Vila Olímpica fica a Santa Luzia, mas eu não quis desenhar, porque lá não é Estrutural né?! O meu pai disse que não é, eu também acho, lá não tem asfalto, é muito violento e só tem barraco (Caio, 11 anos).

Na Cidade Estrutural, para se identificarem com o lugar, os moradores negam o lixão de origem, portanto, muitos moradores negam-o e propõem outro lugar de origem da cidade, onde já comércio, indústria, desenvolvimento, como por exemplo a Cidade do Automóvel, localizada na direção contrária ao lixão (Costa e Peluso, 2016).

Ainda em seu mapa, Caio representa áreas verdes, na qual exprime o desejo da cidade ter mais áreas verdes, dada a sua intensa urbanização.

Desenhei também muitas árvores, porque não tem nenhuma rua com arvores aqui na Estrutural, eu queria que tivesse, fica mais bonito, mas aqui só tem pista e calçada (Caio, 11 anos).

Nesse sentido, podemos entender como o processo de ouvir e compreender a percepção das crianças é uma forma de contribuir no processo de desenvolvimento de cidadania nesses sujeitos com reflexão crítica de sua realidade no anseio de uma cidade mais justa e bem assistida.



Figura 6 - Mapa Mental do Caio, 9 anos, 2019. O mapa representa como as áreas verdes fazem parte da vivência da criança dentro da paisagem urbana, assim temos um misto de paisagens naturais e construídas. Temos como destaque também os elementos residenciais, tanto casas como prédios, ligados pelas vias de circulação. Na entrevista a criança relata que desenhou a Vila Olímpica da Cidade Estrutural porque é lá onde pode se divertir, jogar bola e tem piscina para nadar, além de poder vê-la da janela da sua casa, o prédio em frente.



Figura 7 - Mapa Mental do Max, 10 anos, 2019. Destacam-se no mapa os elementos construídos como as ruas que ligam os lugares, mesmo no desenho existir apenas a representação de apenas uma casa, que no caso é a do entrevistado. Em sua fala, é pontuado que a cor azul em grande parte do mapa são as águas da chuva que alagam a cidade, principalmente perto da sua casa. Dessa forma, também podemos falar em uma representação de elementos naturais concentrados no mapa, que trazem uma reflexão e percepção da cidade afetada pelo planejamento urbano insustentável, assim como embates do meio ambiental com o urbano.

Por fim, o mapa mental de Max (figura 7) traz uma reflexão sobre a questão ambiental em sua relação com as mazelas de infraestrutura do urbano que permeia a percepção e o imaginário limitante e estereotipado de quem vive fora da Cidade Estrutural, principalmente, sobre infraestrutura urbana, falta de asfalto ou mesmo os alagamentos constantes que ocorrem na cidade e que são noticiados massivamente pelas mídias de comunicação.

Por conta disso, Max desenhou em seu mapa a sua percepção da problemática com a representação da sua casa em torno de outras ruas que alagam e se torna uma preocupação marcante na época das chuvas por seus moradores.

Eu desenhei a minha casa e minha rua, mas outras também. Mas nessa parte toda aqui quando chove alaga tudo. Fica cheio de lama todas as casas, as ruas, aí eu não gosto muito (Max, 10 anos).

Ao se pensar na fala e na reflexão da criança traz podemos discutir com base nos estudos sobre geografia e violência urbana. Esses estudos abordam pelo menos dois tipos de violência contra as pessoas no espaço urbano: a violência doméstica e a violência da exclusão social que ilustra o caso tratado no mapa acima. Está claro que esse tipo de violência se concentra principalmente em áreas de maior pobreza (Rodrigues, 2002).

Ainda, podemos afirmar que o aumento da violência está relacionado à incapacidade das cidades em atender os que nela vivem desse modo é vital considerar que a violência da falta de urbanidade para os que foram instalados nas áreas sem infraestrutura urbana e equipamentos de consumo coletivo pelo próprio Estado (Rodrigues, 2002).

Os problemas ambientais e urbanos, inclusive o da violência são relacionáveis ao sucesso do modo de produção de mercadorias e não de suas crises (Rodrigues, 2002). A discussão que interliga a violência urbana, os problemas ambientais e os urbanos trazem à tona os estudos sobre a natureza social dos riscos de forma a enfatizá-los como construções sociais pelos agentes de poder produtores do espaço urbano (Ríos, 2010).

A partir do cenário relatado no mapa mental e na fala de Max, principalmente, pelo conhecimento que temos da Região Administrativa da Cidade Estrutural podemos observar o quanto os causos ambientais, no caso os alagamentos são os resultados de processos socioeconômicos e de negligência que criam as condições de existência humana insustentáveis nessas áreas.

A produção do espaço nas sociedades capitalistas caracteriza-se pelo desenvolvimento desigual e tem como princípio a divisão espacial do trabalho e origina populações com diferentes acessos a recursos. Por consequência, são essas mesmas populações que se encontram em risco (Ríos, 2010).

Além do papel do capitalismo dentro construção social dos riscos, as ações dos atores privados e agentes individuais, também contribuem na geração desses riscos e delimitam a dinâmica das cidades e de seus espaços, com o aval do Estado que tem se transformado no ator principal que regular o manejo desse processo (Ríos, 2010).

3.3.2 “PARA MIM O LAGO NORTE E ASA NORTE É TUDO A MESMA COISA” – MAPAS MENTAIS DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO LAGO NORTE/DF

Foi pedido para as crianças expressarem nos desenhos a sua percepção da cidade com o direcionamento da pergunta: “O que é o Lago Norte para você?” e de como elas enxergavam a região administrativa.

A quantidade de crianças e de mapas mentais foi menor no Lago Norte devido a não autorização pelos pais e pelo fato das crianças não desejarem participar das oficinas. Por isso, a amostra da RA se restringe a 4 mapas, mas com detalhes e informações que contribuíram para o trabalho.

Logo no início temos o mapa mental de Duds (figura 8) com a representação da área onde mora no Lago Norte, o Centro de Atividades do Lago Norte, mais conhecido pela sua abreviação C.A.

Na configuração espacial do C.A destaca-se a presença de vários prédios em oposição às quadras residenciais do Lago Norte com casas em lotes extensos ao longo da Península do Lago Paranoá, mas destacamos que ambas as áreas são locais de índices privilegiados de renda e infraestrutura.

Em seu mapa mental Duds representa o prédio onde mora e os prédios vizinhos. Contudo, o elemento em destaque e que foi enfatizado pela criança em sua fala é o fato de ser vizinho do Shopping Iguatemi, um centro comercial que concentra lojas luxo e alta costura e, que compõe o mercado de alto consumo no Distrito Federal.

Em sua fala a criança trata o shopping com muita familiaridade e demonstra ser algo que faz parte do seu cotidiano e merece destaque em sua representação do vivido.

Eu moro no CA que fica aqui no Lago Norte, só que naqueles prédios, e a maioria dos vizinhos também mora em prédios, mas tem casas por lá. Meu avô mora em casa bem grande. (aponta para o desenho) Tá vendo aqui, eu sou vizinho do Shopping Iguatemi, lá tem muitas lojas legais de roupa e brinquedos e quase todo dia almoço lá com minha mãe (Duds, 7 anos).

Diante da fala é impossível não retomar ao relato da criança moradora da Cidade Estrutural que passa em frente a uma loja de brinquedo todos os dias em seu percurso diário de ida para a escola, mas que nunca entra. Diferentemente de Duds que relata a

sua entrada e frequência em lojas e no shopping como algo que faz parte da sua rotina, mas com outra proporção e sentido.

A partir disso, podemos questionar as construções sociais que as crianças têm de si, de sua cultura e de sua presença na sociedade. Várias são as variáveis que podem nos ajudar a entender esse processo desigual de apropriação do espaço urbano pelos respectivos sujeitos que os vivem, principalmente, a classe social e a raça das respectivas crianças.

Achamos importante apresentar esse ponto de vista, contudo, enfatizamos que essa discussão não é um dos objetivos do trabalho mesmo sendo de extrema importância dentro estudos sobre apropriação e exclusão espacial a partir da perspectiva do sujeito.

Logo, a criança frequentadora assídua do shopping e a criança que apenas observa uma loja de brinquedos pela vitrine tem em comum a afetividade com um lugar, mas que são vividos de diferentes formas.

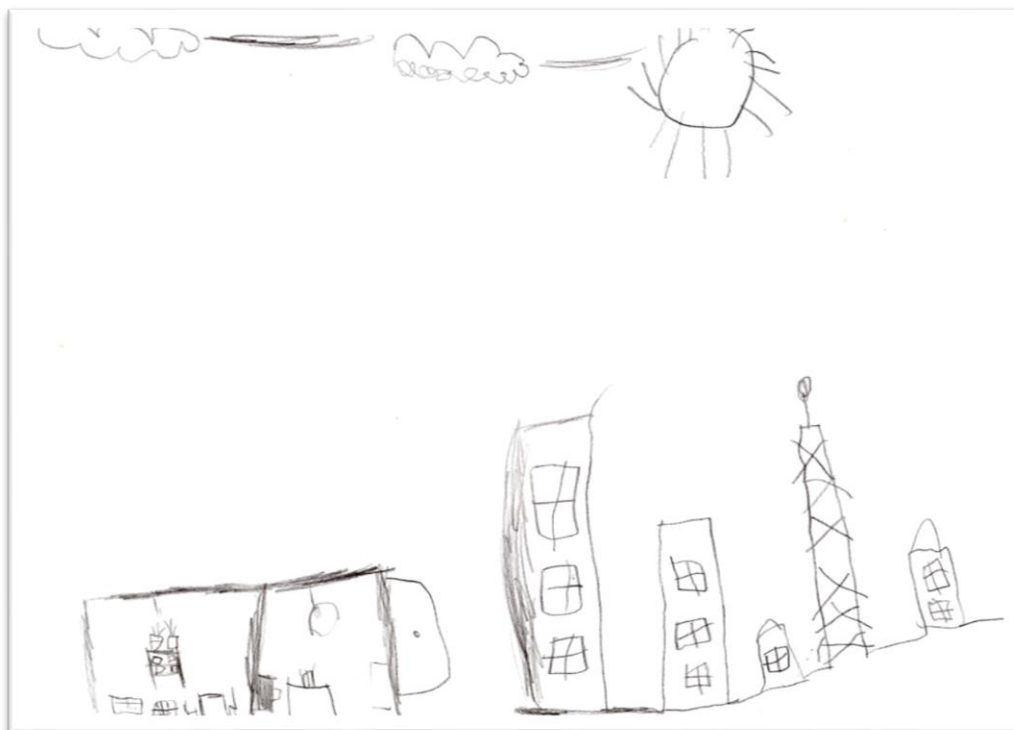


Figura 8 - Mapa Mental do Duds, 7 anos, 2019. Nesse mapa mental, temos a representação a partir de uma perspectiva vertical. Dentre os ícones desenhados temos prédios e lojas como parte da paisagem construída e o sol e nuvens como parte da paisagem natural. Na entrevista, a criança alega que desenhou o prédio onde mora e a vizinhança, também de prédios. Além disso, desenhou o Shopping Iguatemi, por ser vizinho do estabelecimento e todo dia vai almoçar lá com a mãe. Retrata assim a cidade como lugar de lazer e moradia.

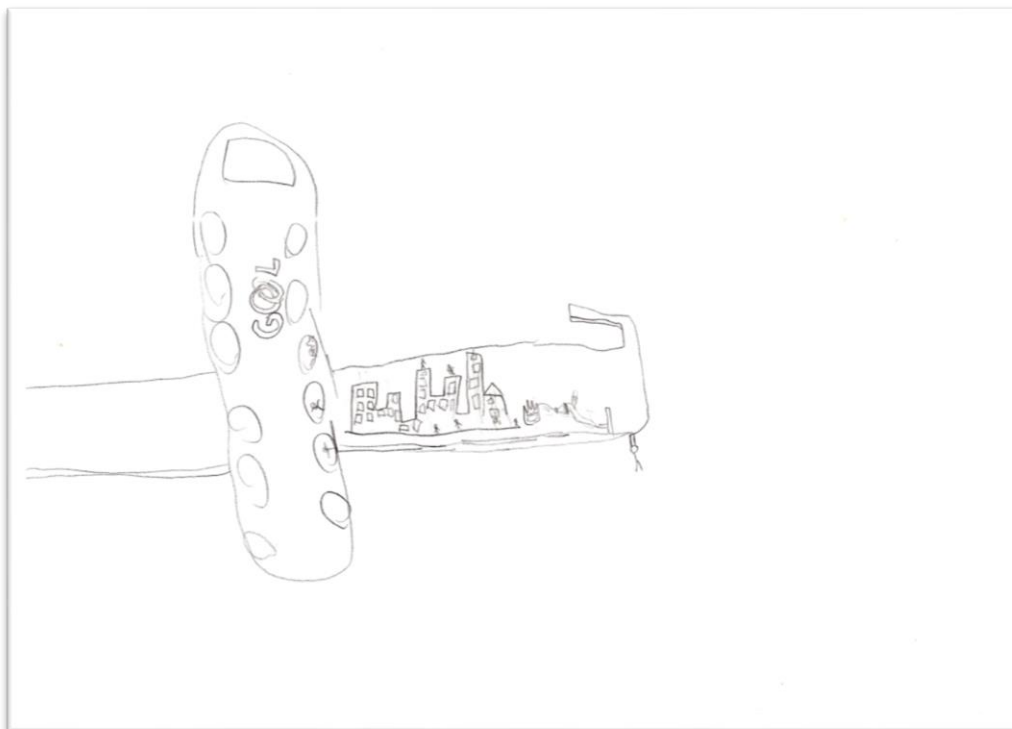


Figura 9 - Mapa Mental do Yis, 8 anos, 2019. O mapa de Yis traz elementos da paisagem construída, mas dentro de uma perspectiva imaginativa. Delimita a cidade dentro de um avião, especificadamente na asa norte, já que a cidade em que mora é o Lago Norte. Em seu mapa traz elementos humanos, retratando uma cidade humanizada, com vias e calçadas, além de prédios e algumas casas. Temos também, representado em seu mapa, um pequeno foco de fogo com uma mangueira em direção para apagar, questionado em sua entrevista, a criança diz que representa o caos e a loucura da cidade. Outro aspecto que merece destaque é o desenho de uma pessoa agarrada ao avião. Em sua fala, o entrevistado diz que o desenho é ele querendo ir embora do Lago Norte, logo vai pular do avião.

Ramon, eu desenhei o Lago Norte na asa de um avião. Ramon, o Lago Norte fica na Asa Norte? (respondo que não) Ah, eu acho que é a mesma coisa, porque lá e aqui moram pessoas com dinheiro e numa cidade boa e é injusto né? (Yis, 8 anos).

O mapa mental de Yis (figura 9) foca em uma representação com traços de uma crítica social e que carrega ao mesmo tempo diversos questionamentos sobre a desigualdade que se instala no Lago Norte e vizinhança.

Em sua fala ao colocar a Asa Norte e o Lago Norte no mesmo patamar a criança aborda elementos de uma percepção uniforme da configuração espacial das cidades pelo padrão de vida, condição socioeconômica e organização espacial e social das cidades

mas, que ao mesmo tempo denuncia a desigualdade presente na região, como citada na fala a seguir.

Sabe por que é injusto Ramon? Porque aqui perto do Lago Norte tem o Varjão e você já foi lá? É muito pobre e tem muita desigualdade (Yis, 8 anos).

Ao falar do Varjão Costa e Peluso (2016) apontam que a cidade é o resultado de uma urbanização desordenada, localizada cerca de duas áreas nobre, de maior valorização da vida pelo espaço econômico produzido, Lago Norte e Plano Piloto, dentro da Área de Proteção Ambiental da Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá com risco ambiental por conta do relevo acidentado.

A Região Administrativa foi formada, inicialmente, por trabalhadores rurais e urbanos de baixa renda que ocupavam as construções irregulares que se formavam nos arredores da construção de Brasília, mas que por medidas de planejamento estatal foram realocadas em outras áreas, e nesse caso dando origem ao Varjão (Costa e Peluso, 2016)

Como resultado desse processo de ordenamento territorial contraditório, o Varjão ainda é visto como um território de extrema vulnerabilidade social no DF, (Costa e Peluso, 2016) o que vai de encontro a fala de Yis sobre seu mapa mental.

No mapa mental seguinte (figura 10) a criança, moradora do Lago Norte, também aborda em sua fala a preocupação com o Varjão.

Eu não desenhei o Varjão, que é aqui perto, mas não é no Lago Norte. Lá tem muita violência, acho que poderiam melhorar lá, fazer escolas, ajudar os pobres (Saie, 9 anos)

Mas, em seu mapa Saie (figura 10) destaca pontos e elementos que estão em seu cotidiano e no seu caminho casa-escola, com destaque para os comércios da paisagem urbana.

No meu mapa tem o caminho que eu faço todo dia com meu pai para ir para a escola. Aí a gente passa pela aquela Rua do Big Box e meu pai sempre passa muito rápido, mas eu vejo várias lojas, tipo a Tok Stok, aí anda um pouco e chegamos na Escola da Árvore. (Saie, 9 anos).



Figura 10 - Mapa Mental do Saie, 9 anos, 2019. É apresentada neste mapa uma cidade vista pela janela do carro, como enfatiza o entrevistado. Os elementos de destaque são as escolas, sendo uma delas a da criança, áreas de comércio e vias que ligam todos esses lugares. Em sua entrevista, a criança alega que o desenho representa o rápido, porque seu pai sempre passa em alta velocidade pela via para ir para a escola. O uso do ícone palavra dá sentido a representação da ideia do lugar retratado como distante da casa, apenas como uma via, centro de circulação e comércio. O destaque na representação da escola traz o sentido de afeto, vivência e existência naquele lugar para a criança, pois foi preferido desenhá-la do que sua casa, por exemplo.

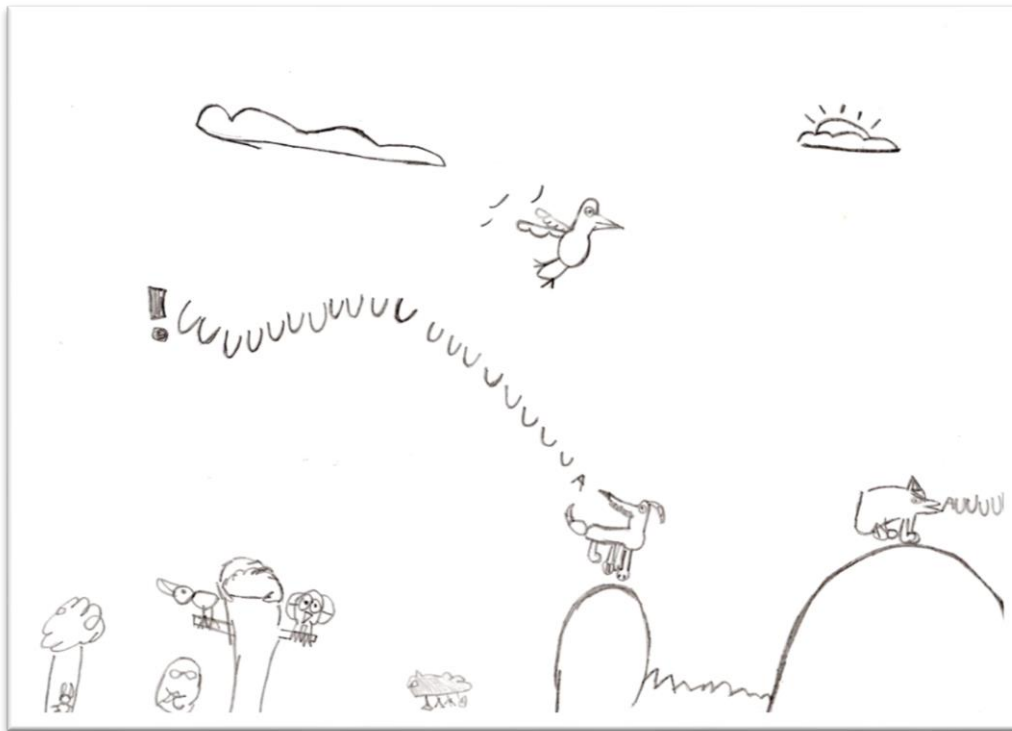


Figura 11 - Mapa Mental do Ovatsug, 8 anos, 2019. O presente mapa traz elementos que compõem uma paisagem natural, com elementos dispersos horizontalmente, sem elementos humanos. Os ícones basicamente são seres que habitam a fauna e flora do cerrado. Questionado na entrevista sobre a sua representação do Lago Norte, a criança fala que não mora no Lago Norte, onde mora só tem prédios e no Lago Norte, especificadamente na escola, localizada em uma área rural da RA, observa muito verde, natureza e animais.

O último mapa mental (figura 11) é composto, basicamente, por elementos naturais como árvores e animais da fauna do Cerrado.

Como a percepção, antes de tudo, passa pelos sentidos e sensações, nesse caso a criança retrata objetos que lhe atribuem um bem-estar, um valor estético e cênico da proximidade da escola com a natureza na junção de dois lugares que constroem sua percepção e existência, no qual julga ser relevante em sua representação do Lago Norte que não é a sua cidade de morada.

Dessa forma, Ovatsug morador da Asa Norte, porém, que estuda em uma escola no Lago Norte enfatiza o prazer em observar a natureza e de poder desfrutar disso em seu dia-a-dia na escola.

Para mim o Lago Norte é natureza, porque onde eu moro na Asa Norte só tem prédio e quando venho para a Escola da Árvore tem muito mato, árvores, vejo tucano até tatu. É bom, tem ar puro, posso correr, subir em árvore e estudar a natureza (Ovatsug, 8 anos).

A sensação de liberdade que a criança sente em um espaço natural sem limites e construções físicas diferente de onde mora traz uma sensação que permeia sua percepção da cidade que restringe à escola como lugar de afeto e assim internaliza o que se vive e aprende naquele espaço incorporando essas sensações nas suas percepções.

PARA NÃO CONCLUIR: “EU QUERIA UMA CIDADE BOA, SÓ ISSO”.

Após a análise e interpretação dos mapas mentais das crianças assim como de suas falas nas entrevistas entendemos o quanto os espaços vividos são expressos pelo sentimento de pertencimento, pela vivência dessas crianças e em que medida carrega um aparato cultural nessas percepções.

A criança se apropria do espaço e faz suas significações, determinando um espaço não neutro, e sim um lugar que pode representar para ela sentimentos importantes e que deve ser explorado e levado em consideração a partir da sua percepção (Nascimento, 2016).

Desse modo, a percepção das crianças sobre as respectivas Regiões Administrativas Cidade Estrutural e Lago Norte tidas como espaços vividos tem expressão com todo e qualquer ambiente que faz parte de seu cotidiano, com suas incongruências, incômodos, sentimentos e emoções. Assim, o espaço vivido é a manifestação do mundo de vida, da subjetividade, dos conflitos e vivências de todos aqueles que habitam a cidade (Gualteros Trujillo, 2006)

Nosso ponto de partida do trabalho é a problemática de que as condições socioeconômicas e culturais das crianças influenciam em suas percepções sobre as cidades. E, imbuídos pelos dados oficiais sobre vulnerabilidade social, violência, renda per capita e índice de desenvolvimento humano das respectivas RA's tomamos o posicionamento de que as crianças das cidades em condições socioeconômicas de maior vulnerabilidade social, no caso a Cidade Estrutural, teriam uma percepção e sentimentos mais negativos sobre a cidade em oposição às crianças do Lago Norte que possuiria uma percepção mais positiva da sua RA.

O que nos foi apresentado é contrário à nossa ideia inicial. Pela interpretação dos mapas e pelas falas das crianças notamos que na maioria dos casos as crianças de ambas as RA's possuem uma percepção positiva sobre suas cidades, mesmo as moradoras da Cidade Estrutural que convivem diariamente com a desigualdade social, cenas de violência, falta de serviços e infraestrutura urbana. Logo, os contextos de pobreza e desigualdade social que são latentes na Cidade Estrutural não foram ou são determinantes na percepção das crianças. As crianças percebem a cidade como um espaço vivido repleto de afetividade e pertencimento; em nenhum momento foi colocado em xeque o desejo de não morar lá.

Com isso, demonstra-se que dados oficiais, estatísticos e a leitura da mídia são incapazes de capturar os sentidos sociais diversificados que esses territórios trazem para sua população. Não se deve negligenciar que um território tido por vulnerável socioeconomicamente seja representativo da cultura, da identidade ou de uma história local, regional e nacional ou mesmo de afetividades espaciais (Costa e Peluso, 2016).

Entretanto, é importante pontuar que representações negativas se fizeram presente nos mapas mentais por meio de denúncias e críticas das contradições impostas no espaço em função da gestão capitalista das cidades. Foi relatado o descaso que a população de determinadas áreas de Cidade Estrutural sofre por conta dos alagamentos constantes, o que gera incômodos nos moradores, pela falta de infraestrutura e condições mínimas para usufruir da cidade.

E assim não deixam de registrar e serem as vozes que evocam queixas e a necessidade de mudanças e melhorias nas cidades e assim, constituir o seu bem viver.

Tio, eu acho que para criança, a Estrutural não é boa, porque tem muita violência e drogas. Mas é um lugar bom, toda minha família mora aqui (Gleice, 10 anos).

Eu queria uma cidade boa, só isso. Brincar na rua, jogar bola, sem lama (Max, 10 anos).

A denúncia feita pela criança que acusa sobre a questão do alagamento de sua rua apresenta-se como forma de expressar sua indignação com o descaso de infraestrutura do aparelho urbano por parte do Estado e outros agentes espaciais que exercem controle e gestão do espaço.

Assim, como outra criança que expôs a situação em que se encontra a Santa Luzia como parte ou não da Cidade Estrutural. Com isso, mostra-se que mesmo de forma não explícita e representada nos mapas, as crianças estão cientes do que se passa e da realidade de suas cidades, mas que em nenhum momento interfere negativamente e de forma determinante em sua percepção sobre o espaço urbano.

Entretanto, a ideia de que a condição privilegiada das crianças do Lago Norte reafirmaria a percepção positiva sobre a cidade trouxe outras nuances dessa dinâmica. Nisso, as crianças da RA não demonstraram em suas falas preocupação com a infraestrutura, violência ou outras mazelas de sua cidade, mas expuseram a situação que observam no Varjão, território vizinho do Lago Norte com inúmeras contradições socioespaciais.

Perto do Lago Norte tem o Varjão é lá é muito pobre. Tem muita desigualdade. Acho que isso tem que mudar. Por isso eu desenhei um menino pulando o avião, ele não do que tá acontecendo (perguntado se seria ele) Acho que sim (Yis, 8 anos).

Em seus depoimentos as crianças de ambas as cidades apontaram traços e elementos que compõem o cotidiano das cidades e os seus, como o caminho casa-escola, a presença dos comércios pequenos e grandes, a escola, igreja, ruas e avenidas, entre outros, com destaque para a escola como forte espaço social presente em suas vidas, na qual supomos que seja pela afetividade que o espaço desempenha na vida cotidiana dessas crianças, além de ser um lugar de formação da identidade e de descoberta do mundo.

Além disso, as crianças expuseram à sua forma a realidade, a leitura de mundo sobre questões sociais, políticas, afetivas e, principalmente, das contradições do espaço urbano, da vida social, das desigualdades que estão presentes no seu viver, ser e habitar as cidades.

Por desenvolvermos as oficinas e a pesquisa em espaços escolares não tivemos muitas dificuldades na execução do trabalho já que as crianças estavam em um espaço considerado seguro para elas, assim como envolvidas nas atividades da rotina diária de suas salas de aula.

Entretanto, pontuamos que o desafio da pesquisa se deu, principalmente, pelo número limitado de crianças que pôde participar das oficinas o que limitou o número de mapas mentais e entrevistas que foram analisadas e incorporadas ao trabalho. Isso se justifica, por estarmos pesquisando com sujeitos menores de idade que não possuem autonomia de decisão sobre suas imagens e atos. E desse modo, necessitavam da autorização de seus pais ou responsáveis para a participação na pesquisa, o que o foi negada ou esquecida de devolver até a data de realização das oficinas com as crianças.

Contudo, de modo geral mesmo com um número reduzido de crianças participantes a pesquisa conseguiu atingir seus objetivos.

O mérito dar-se, justamente, pelo pequeno número de participantes, pois realizar as oficinas com poucas crianças permitiu maior precisão, atenção e captura de detalhes ao longo da confecção dos mapas mentais, assim como na coleta das falas nas entrevistas não formais, sem dispersão ou conversas paralelas.

Com isso, podemos afirmar que os desenhos/mapas mentais das crianças são motores da potência do viver desses sujeitos e podem ter grande contribuição na Geografia enquanto ciência humana e social no processo de desvendar e entender os arranjos e a organização espacial das cidades, assim como uma forma de desmascarar e apontar as questões e contradições sociais presentes no espaço urbano.

Dessa forma, as crianças devem ser encaradas como sujeitos geográficos e epistêmicos com desejo de protagonismo e participação, a fim de reivindicar suas necessidades e anseios no dizer de qual cidade elas precisam. E assim ouvir essas vozes é uma opção e expressão política e teórica que visa romper com a forma tradicional de ver a criança e sua linguagem afastada dos centros de decisão coletiva (Lopes, 2008).

Contudo, pontuamos que mesmo com o campo da Geografia da Infância em ascensão dentro da Geografia Humanista além dos estudos espaciais com e sobre as crianças em desenvolvimento, o campo ainda é pouco explorado e ainda se limita à geografia escolar e seus respectivos temas.

Dessa forma, ouvir e evidenciar as percepções e representações das crianças sobre as cidades é uma forma de reconhecê-las como cidadãs e garantir seus direitos à cidade, assim como pensar a estrutura dos espaços sob seus olhares na busca por melhorias e transformações (Lopes, 2013).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARCHELA, R. S., GRATÃO, L.H. B. & TROSTDORF, M. A. S. **O lugar dos mapas mentais na representação do lugar.** Revista Geografia, Londrina, 13(1):127-141, 2004. Disponível em:<

<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/6794> > Acesso em: 12/05/2019.

ALMEIDA, R. D de. **Do desenho ao mapa: iniciação cartográfica na escola.** 1ª ed. São Paulo. Editora Contexto, 2001.

AMORIM FILHO, O. B. **A evolução do pensamento geográfico e a fenomenologia.** Revista Sociedade & Natureza, Uberlândia, v. 11, n. 21/22, p. 67-87, 1999. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/28472>> Acesso em: 10/04/2019.

ARAÚJO, J. A. **Implicações teórico-metodológicas na Geografia ao se adotar as noções de vida cotidiana e cotidiano.** ANAIS DO 12 ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, Montevideu, v. 1, 2009.

ARAÚJO, J. A. **Sobre a Cidade e o Urbano em Henri Lefebvre.** Revista GEOUSP Espaço e Tempo (Online), São Paulo, n. 31, 133-142, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2012.74258> Acesso em: 26/09/2019.

BUTTNER, A. **Apreendendo o dinamismo do mundo do vivido.** In: CHRISTOFOLETTI, A (Org.). *Perspectivas da geografia.* 2ª Ed. São Paulo: DIFEL, 1985.

CAPEL, H. **Percepción del medio y comportamiento geográfico.** Revista de geografia, Lleiada, v. 7, n. 1, p. 58-150, 1973. Disponível em <<https://www.raco.cat/index.php/RevistaGeografia/article/view/45873/56665>> Acesso em: 15/10/2019.

COSTA, B. M. F.; BARROSO, V. S. **Mapas Vivenciais e a pesquisa com crianças.** In: ANAIS DO COLÓQUIO INTERNACIONAL CRIANÇAS E TERRITÓRIOS DE INFÂNCIA, 05, Brasília, 2018. Anais. Brasília: Universidade de Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/territoriosdeinfancia/89879-mapas-vivenciais-e-a-pesquisa-com-criancas/>. Acesso em: 13 de mai. 2019

COSTA, E; PELUSO, M. **Imaginário urbano e situação territorial vulnerável na Capital do Brasil.** Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales, Barcelona, vol. XXI, nº 1.151, p. 01-36, 2016. Disponível em < <http://revistes.ub.edu/index.php/b3w/article/view/26323>> Acesso em: 09/11/2019.

COSTA, E. B.; SUZUKI, J. C. **Materialismo Histórico e Existência-Discurso Geográfico e Utopias.** Revista Espaço e Geografia, Brasília, v. 15, n. 1, p. 115-147, 2012. Disponível em <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/11787>> Acesso em: 05/08/2019.

DAMIANI, A. L. **A cidade (des)ordenada e o cotidiano.** Revista do Departamento de Geografia, n. 9, p. 107-116, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 1995. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/53696>> Acesso em: 12/09/2019.

DAMIANI, A. L. **O lugar, o mundo e o cotidiano.** ENCUENTROS GEOGRÁFICOS DE AMÉRICA LATINA, v. 6, p. 1-7, 1997.

DAMIANI, A. L. **Cidades médias e pequenas no processo de globalização. Apontamentos bibliográficos.** In: LEMOS, A. I. G.; ARROYO, M.; SILVEIRA, M. L. América Latina: cidade, campo e turismo, CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, São Paulo, 2006. Disponível em <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/edicion/lemos/08damiani.pdf>> Acesso em: 21/11/2019.

DAMIANI, Amélia Luísa. **A Produção do Espaço Urbano e a Propriedade Privada da Terra.** Revista Continentes, Seropédica, n. 9, p. 12-24, 2016. Disponível em <<http://tiagomarino.com/continentes/index.php/continentes/article/view/102>> Acesso em: 18/11/2019.

FRÉMONT, Armand. **A região: espaço vivido.** Coimbra, Livraria Almedina, 1980.

GIL, A.; GIL FILHO, S. **Geografia do cotidiano: uma leitura da metodologia sócio-interacionista de Erving Goffman.** Revista *Ateliê Geográfico*, Goiânia, v. 2, n. 2, 103-118, 2008. Disponível em: <<https://doi.org/10.5216/ag.v2i2.4708>> Acesso em: 01/10/2019.

GUALTEROS TRUJILLO, J. **Vida cotidiana y mundo urbano: pautas para nuevas relaciones.** CLACSO, Buenos Aires, 2016. Disponível em <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/poggiese/16truji.pdf>> Acesso em: 14/08/2019.

HOLZER, W. **Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente.** Revista Território, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 77-85, 1997. Disponível em <http://www.academia.edu/download/31507414/03_6_holzer.pdf> Acesso em: 14/04/2019.

HOLZER, W. **O conceito de lugar na geografia cultural-humanista: uma contribuição para a geografia contemporânea.** Revista Geographia, Niterói, v. 5, n. 10, p. 113-123, 2003. Disponível em <<http://periodicos.uff.br/geographia/article/download/13458/8658>> Acesso em: 14/04/2019.

KOZEL, S. **Ressignificando as representações do espaço: as linguagens do cotidiano.** Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, v. 26, p. 7283-7296, 2005. Disponível em <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Geografiaespacial/14.pdf>> Acesso em: 06/08/2019.

KOZEL, S. **As linguagens do cotidiano como representações do espaço: uma proposta metodológica possível.** Encuentro de Geógrafos de América Latina: caminando en una América Latina en transformación, v. 12, 2009.

LERMA RODRÍGUEZ, E. **Espacio vivido: del espacio local al reticular. Notas en torno a la representación social del espacio vivido en la globalización.** Revista Pueblos y fronteras digital, Chiapas (México), v. 8, n. 15, p. 225-250, 2013. Disponível em http://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S1870-41152013000100225&script=sci_arttext Acesso em: 18/09/2019.

LIMA, A. M. L.; KOZEL, T. S. **Lugar e Mapa mental: uma análise possível.** In: Resvista Geografia, Lodrinha, v. 18, n.1, jan/jun. 2009. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia> > Acesso em: 25/05/2019.

LINDÓN, A. **Geografías de la vida cotidiana.** In: HIERNAUX, D.; LINDÓN, A (Orgs.). Tratado de geografía humana. Revista Anthropos, Barcelona, p. 477-536, 2006.

LINDÓN, A. **El constructivismo geográfico y las aproximaciones cualitativas.** Revista de Geografía Norte Grande, Santiago (Chile), n. 37, p. 5-21, 2007. Disponível em <https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-34022007000100001> Acesso em: 22/08/2019.

LINDÓN, A. **De las geografías constructivistas a las narrativas de vida espaciales como metodologías geográficas cualitativas.** Revista da ANPEGE, São Gonçalo, v. 4, n. 04, p. 7-26, 2008.

LINDÓN, A. **La construcción socioespacial de la ciudad: el sujeto cuerpo y el sujeto sentimiento.** Revista Latinoamericana de Estudios sobre cuerpos, emociones y sociedad, Córdoba (Argentina), n. 1, p. 06-20, 2009. Disponível em <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6596>> Acesso em: 25/08/2019.

LINDÓN, A. **Corporalidades, emociones y espacialidades.** Revista Brasileira de Sociologia da Emoção, João Pessoa v. 11, n. 33, p. 698-723, 2012. Disponível em <<http://www.cchla.ufpb.br/rbse/AliciaLindonDos.pdf>> Acesso em: 26/08/2019.

LYNCH, K. **A imagem da cidade.** São Paulo. Editora Martins Fontes, 1997.

LOPES, J. J. M. **As crianças, suas infâncias e suas histórias: mas por onde andam suas geografias?** Revista Educação em foco, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 31-44, 2009. Disponível em <<http://www.ufjf.br/revistaedufoco/files/2009/11/Artigo-02-13.2.pdf>> Acesso em: 28/05/2019.

LOPES, J. J. M. **Geografia da Infância: contribuições aos estudos das crianças e suas infâncias.** Revista de Educação Pública, Cuiabá, v. 22, n. 49/1, p. 283-294, 2013. Disponível em <<http://www.periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/download/915/716>> Acesso em: 15/06/2019.

LOPES, J. J. M.; VASCONCELLOS, T. **Geografia da infância: territorialidades infantis.** Revista Currículo sem fronteiras, v. 6, n. 1, p. 103-127, 2006. Disponível em <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol6iss1/articles/lop_vasc.pdf> Acesso em: 04/05/2019.

LOPES, J. J. M.; FERNANDES, M. L. B. **A criança e a cidade: contribuições da Geografia da Infância.** Revista Educação, Porto Alegre, v. 41, n. 2, p. 202-211, 2018. Disponível em

<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/30546>> Acesso em: 24/05/2019.

MARANDOLA, JR. A. M. S.; OLIVEIRA, L. **Desenhos e Mapas: representações e imagens do Urbano**. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA XI. Quito, v. 11, 2007.

MARANDOLA JR, E. **Fenomenologia e pós-fenomenologia: alternâncias e projeções do fazer Geográfico Humanista na Geografia Contemporânea**. Revista Geograficidade, Niterói, v. 3, n. 2, p. 49-64, 2013. Disponível em <<http://periodicos.uff.br/geograficidade/article/view/12864>> Acesso em: 17/09/2019.

MARANDOLA JR, E.; GRATÃO, L. H. B. **Do sonho à memória: Livia de Oliveira e a Geografia Humanista no Brasil**. Revista Geografia, Londrina, v. 12, n. 2, p. 5-20, 2003. Disponível em <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/Geografia/article/view/6668>> Acesso em: 12/06/2019.

MARES, R. M. **A dimensão afetiva na experiência urbana: os sentidos do habitar na cidade contemporânea**. Geografia em Atos (Online), Presidente Prudente, v. 5, n. 12, p. 82-98, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.35416/geoatos.v5i12.6555> Acesso em: 20/09/2019.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da Percepção**. Tradução Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MOREAUX, M. P. **Expressões e impressões do corpo no espaço urbano: estudo das práticas de artes de rua como rupturas dos ritmos do cotidiano da cidade**. Revista GeoPUC, Rio de Janeiro, v. 7, n. 12, p. 6-139, jan.-jun, 2014. Disponível em <<http://geopuc.geo.puc-rio.br/media/v7n12a1.pdf>> Acesso em: 28/09/2019.

NITSCHKE, L. B.; KOZEL, S. **Reflexões sobre uma abordagem fenomenológica do espaço vivido de famílias rurais relacionadas à atividade turística**. Revista Geografar, Curitiba, v. 1, n. 1, 2006. Disponível em <<https://revistas.ufpr.br/geografar/article/view/6842>> Acesso em: 15/007/2019.

NASCIMENTO, C. C. N. **Geografia da infância e Bairro-vivência das crianças moradoras do bairro Dom Bosco em Juiz de Fora/MG, na aurora do século XXI**. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana). Universidade de São Paulo, 2016. Disponível em <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-09062017-114226/pt-br.php>> Acesso em: 02/03/2019.

NOGUEIRA, A. R. B. **Mapa mental: recurso didático para o estudo do lugar**. In: Pontuschka, N. N; Oliveira A. U. Geografia em Perspectiva (orgs), São Paulo, Editora Contexto, 2002.

NOGUEIRA, A. R. B. **Uma interpretação fenomenológica na Geografia**. In: SILVA, A.; GALEANO, A. (Org.) Geografia Ciência do Complexus. Porto Alegre: Sulina, p. 209-236, 2004.

OLIVEIRA, L. **Estudo metodológico e cognitivo do mapa**. São Paulo. Editora Universidade de São Paulo, 1978.

OLIVEIRA, L. **Percepção do meio ambiente e geografia.** Revista OLAM-Ciência & Tecnologia, Rio Claro, v. 1, n. 2, p. 14-28, 2001. Disponível em <<https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/olam/article/view/11750>> Acesso em: 16/08/2019.

OLIVEIRA, L. **Percepção ambiental.** Revista Geografia e Pesquisa, Ourinhos, v. 6, n. 2, p. 56-72, 2012.

PENNA, N. **Planejamento urbano e estratégias empreendedoras em Brasília.** Revista Finisterra, Lisboa, n° 93, p. 109-127, 2012. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?pid=S0430-50272012000100006&script=sci_abstract&tlng=en> Acesso em: 20/10/2019.

QVORTRUP, J. **A infância enquanto categoria estrutural.** Revista Educação e pesquisa, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 631-644, 2010. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v36n2/a14v36n2>> Acesso em: 20/03/2019.

RAMÍREZ, I. A. **La espacialidad urbana en la construcción socio espacial de los lugares: una mirada desde el giro espacial.** Revista Geográfica de América Central, Heredia (Costa Rica), v. 3, n. 61E, p. 553-568, 2018. Disponível em: <<https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/11251>> Acesso em: 06/09/2019.

REGO, N.; NUNES, C. X. **As geografias do corpo e a educação (do) sensível no ensino de geografia.** Revista Brasileira de Educação em Geografia, Campinas, v. 1, n. 1, p. 86-107, 2011. Disponível em <<http://www.revistaedugeo.com.br/ojs/index.php/revistaedugeo/article/view/17>> Acesso em: 02/10/2019

RÍOS, D. M. **Urbanización de áreas inundables, mediación técnica y riesgo de desastre: una mirada crítica sobre sus relaciones.** Revista de Geografía Norte Grande, Santiago, n° 47, p. 27-43, 2010. Disponível em <https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?pid=S0718-34022010000300002&script=sci_arttext> Acesso em: 10/11/2019.

ROCHA, S. A. **Geografia humanista: história, conceitos e o uso da paisagem percebida como perspectiva de estudo.** Revista Raega - O Espaço Geográfico em Análise, Curitiba, v. 13, p. 19-27, 2007. Disponível em <<https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/7670>> Acesso em: 12/07/2019.

RODRIGUES, A. M. **Geografia e Violência Urbana.** In: Pontuschka, N. N; Oliveira A. U. Geografia em Perspectiva (orgs), São Paulo, Editora Contexto, 2002.

SANTOS, M. O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos. São Paulo: EdUSP, p. 27-82, 2004.

SARMENTO, M. J.; PINTO, M. **As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo.** In: SARMENTO, M. J.; PINTO, M (Org.). As crianças contextos e identidades. Braga. Universidade do Minho. 1997. Disponível em <<https://pactuando.files.wordpress.com/2013/08/sarmento-manuel-10.pdf>> Acesso em: 15/05/2019.

SCARLATO, F. C.; COSTA, E. **A natureza do urbano**. Revista Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia, Paris, n. 30, p. 1-23, 2017. Disponível em <<https://journals.openedition.org/confins/11676>> Acesso em: 10/09/2019.

SILVA, A. **Imaginários urbanos: cultura y comunicación urbana en América Latina**. Bogotá: Tercer Mundo Editores, p. 85-135, 1992.

SILVA, K. C.; MATOS, R. **Breves reflexões sobre a geografia humanística e a percepção e vivência em áreas públicas**. Revista da ANPEGE, São Gonçalo, v. 13, n. 20, p. 109-129, 2017. Disponível em <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6905>> Acesso em: 06/04/2019

SOUZA, P. P. A. **Ensaio sobre a corporeidade: corpo e espaço como fundamentos da identidade**. Geografares, Vitória, n. 7, 2009. Disponível em <<http://www.periodicos.ufes.br/?journal=geografares&page=article&op=view&path%5B%5D=149>> Acesso em: 08/10/2019

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Rio de Janeiro: DIFEL, 288 p, 1980.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Tradução: Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.

TUAN, Yi-Fu. **Geografia Humanística**. In: CHRISTOFOLETTI, A (Org.). Perspectivas da Geografia. São Paulo: DIFEL, 1985.

NOTAS

¹Ver em: Mapa da Violência do Distrito Federal. Ver em: [HTTPS://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/o-mapa-da-violencia-no-distrito-federal/](https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/o-mapa-da-violencia-no-distrito-federal/) acesso em: 07/05/2019

² Ver em: Atlas do desenvolvimento humano nas regiões metropolitanas brasileiras. Ver em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/141125_atlas_df acesso em: 07/05/2019

³ Ver em: Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD – 2016. <http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/PDAD-Lago-Norte-1.pdf> acesso em: 07/05/2019

Anexo 1**Pedido de Autorização - Aos pais ou responsáveis**

Eu, _____ autorizo meu/minha filho/filha _____ a ser entrevistado por Ramon da Silva Rodrigues Almeida, estudante do curso de Geografia da Universidade de Brasília, que está realizando o Trabalho de Conclusão de Curso sobre as percepções e representações das crianças sobre o espaço urbano.

- Não será feita nenhuma imagem das crianças por meio de fotografias ou filmagens;
- Serão usados nomes fictícios para preservar a identidade das crianças;
- O material coletado consistirá nos desenhos e falas gravadas, que serão usadas e divulgadas com finalidade de pesquisa acadêmica.